

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCOSHIPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 218/2020
Data: 22/12/2020**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

| | |
|---|-----------|
| A TRIBUNA DIGITAL (SP) | 4 |
| EM 2021, UMA NOVA FRENTE DE DRAGAGEM..... | 4 |
| RODRIGO ZANETHI: O COMÉRCIO MUNDIAL NO 3º TRIMESTRE APÓS O CHOQUE DA COVID-19 | 4 |
| PORTO DE SANTOS TERÁ R\$ 6,4 BILHÕES EM INVESTIMENTOS | 5 |
| ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS | 7 |
| SAIBA ONDE ENCONTRAR O LINK DE TRANSMISSÃO PARA ACOMPANHAR AS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE DIRETORIA DA ANTAQ | 7 |
| ANTAQ REALIZARÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE LICITAÇÃO DE ÁREA NO PORTO DE MACEIÓ | 7 |
| ABTRA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TERMINAIS E RECINTOS ALFANDEGADOS | 8 |
| BANCO DO BRICS ESPERAR EMPRESTAR ATÉ US\$ 2 BI AO BRASIL EM 2021, COM FOCO EM INFRAESTRUTURA | 8 |
| JORNAL EXTRA - AL | 9 |
| GOVERNO PREPARA LEILÃO DO ÚNICO TERMINAL PARA ESTOCAR AÇÚCAR NO PORTO DE MACEIÓ | 9 |
| O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP | 10 |
| PROJETO OBRIGA GOVERNO A GARANTIR VACINAÇÃO GRATUITA DE TODOS OS BRASILEIROS ATÉ METADE DE 2021 | 10 |
| APROVADA A ABERTURA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PRIMEIRO PROJETO DE DESESTATIZAÇÃO DE PORTOS NO BRASIL..... | 10 |
| ISTOÉ - DINHEIRO | 11 |
| CENTENAS DE BARCOS FUNDEADOS DEVIDO A GREVE NOS PORTOS ARGENTINOS | 11 |
| PORTO DO AÇU OBTÉM LICENÇA PARA OPERAR USINA TERMELÉTRICA MOVIDA A GÁS | 12 |
| EXTRA ONLINE | 12 |
| PETRO RIO CONVERTE FINANCIAMENTO PARA LONGO PRAZO E ANUNCIA AQUISIÇÃO DE SONDA | 12 |
| PETROBRAS AFIRMA QUE PERFURAÇÃO EM BÚZIOS ENCONTROU PETRÓLEO DE ÓTIMA QUALIDADE | 13 |
| MINÉRIO DE FERRO RECUA NA CHINA APÓS MEDIDAS DE BOLSA PARA LIMITAR NEGOCIAÇÕES | 13 |
| AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS | 14 |
| LEI DO GÁS ENTRA EM PAUTA EXTRAORDINÁRIA NA CÂMARA PARA ESTA TERÇA-FEIRA..... | 14 |
| REATIVAÇÃO DAS BANDEIRAS REFORÇA A IMPORTÂNCIA DAS TERMOELÉTRICAS DA PETROBRAS, POR ANA CAROLINA CHAVES | 15 |
| INVESTIMENTOS FLORESTAIS NA AMAZÔNIA PODEM AVANÇAR EM 2021 | 17 |
| VERONICA COELHO SERÁ A NOVA PRESIDENTE DA EQUINOR NO BRASIL | 19 |
| JORNAL O GLOBO – RJ | 20 |
| BNDES FAZ LEILÃO DE R\$ 160 MILHÕES EM TÍTULOS NÃO PAGOS DE 323 OPERAÇÕES | 20 |
| PORTO DE NITERÓI BATE RECORDE E ESPERA NOVA ARRECADAÇÃO HISTÓRICA PARA 2021; MERCADO DE OFFSHORE IMPULSIONA SETOR | 21 |
| BOMBA FISCAL: PROJETOS NO CONGRESSO PARA AJUDAR ESTADOS E MUNICÍPIOS PODEM CUSTAR R\$ 589 BI À UNIÃO | 22 |
| MAIS TRANSFERÊNCIAS | 22 |
| O ESTADO DE SÃO PAULO - SP | 24 |
| MINISTÉRIO E ANEEL DESMENTEM GOVERNO DO PARÁ SOBRE ESTUDOS PARA ERGUER USINAS EM RIO DA AMAZÔNIA..... | 24 |
| CÂMARA APROVA PROJETO QUE CRIA FUNDOS DE INVESTIMENTO PARA O SETOR AGROPECUÁRIO | 26 |
| VALOR ECONÔMICO (SP) | 27 |
| GREVE NA ARGENTINA JÁ PROVOCA FILA DE MAIS DE 100 NAVIOS NOS PORTOS | 27 |
| LOGÍSTICA TRAZ NOVAS OPORTUNIDADES | 27 |
| GNA OBTÉM LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA TERMELÉTRICA A GÁS NO PORTO DO AÇU..... | 28 |
| MINÉRIO ATINGE MAIOR PREÇO DESDE 2011 EM MEIO ÀS INCERTEZAS NO BRASIL | 29 |
| PETROBRAS CONFIRMA PRESENÇA DE ÓLEO DE ÓTIMA QUALIDADE EM POÇO NO CAMPO DE BÚZIOS | 31 |
| FOLHA DE SÃO PAULO - SP | 31 |
| APESAR DE PANDEMIA, AGRONEGÓCIO TERMINA ANO COM RECORDES | 31 |
| AGÊNCIA BRASIL - DF | 32 |
| PORTO DO AÇU OBTÉM LICENÇA PARA OPERAR USINA TERMELÉTRICA MOVIDA A GÁS | 32 |
| DIÁRIO DO TRANSPORTE | 33 |
| ENTIDADES REPRESENTATIVAS PEDEM A PREFEITOS E GOVERNADORES QUE SE UNAM EM DEFESA DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO..... | 33 |



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 218/2020
Página 3 de 38
Data: 22/12/2020
www.mercosshipping.com.br
merc@mercshipping.com.br

| | |
|--|-----------|
| ANTP PEDE A SENADORES E DEPUTADOS URGÊNCIA NA DERRUBADA DO VETO DE BOLSONARO AO AUXÍLIO DE R\$ 4 BILHÕES PARA O TRANSPORTE PÚBLICO | 35 |
| PORTAL PORTOS E NAVIOS | 36 |
| PETRO RIO CONVERTE FINANCIAMENTO PARA LONGO PRAZO E ANUNCIA AQUISIÇÃO DE SONDA | 36 |
| CHINA VAI IMPORTAR RECORDE DE 100 MILHÕES DE TONELADAS DE SOJA EM 2020, DIZ ESTATAL | 37 |
| GNA OBTÉM LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA TERMELÉTRICA A GÁS NO PORTO DO AÇU | 37 |
| MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA | 38 |
| MERCOS SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS | 38 |



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

EM 2021, UMA NOVA FRENTE DE DRAGAGEM

Equipamento fará o aprofundamento dos berços e acessos dos armazéns 12A ao 23 para 15 metros
Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.91874:1583493280/Draga-Lelystad-no-canal-do-porto-de-Santos-Dracagem.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=e7e7a83&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.91874:1583493280/Draga-Lelystad-no-canal-do-porto-de-Santos-Dracagem.jpg?f=2x1&pf=e7e7a83&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Draga no Porto de Santos: licença do Ibama para obra saiu neste mês (Carlos Nogueira/AT)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) planeja contratar, no segundo semestre do ano que vem, uma nova frente de dragagem. Ela fará o aprofundamento dos berços e acessos dos armazéns 12A ao 23 para 15 metros, que já conta com a Licença de Instalação. Com a obra, a região – que concentra terminais de granéis sólidos – também poderá receber embarcações de grande porte.

A dragagem será realizada em 1,7 mil metros de berços, entre o Paquetá e Outeirinhos, com profundidades de projeto que variam de 11,3 a 13,5 metros. O aprofundamento só se tornou viável após a recuperação e o reforço das estruturas dos cais, em 2018.

No cais entre os armazéns 12A e 23, há 3.490 estacas. Deste total, 1.574 (45%) apresentavam avarias em sua estrutura. As peças danificadas foram substituídas por outras de maiores dimensões e o costado, recuperado.

Um ano após a conclusão da obra, a APS iniciou esforços para obter a Licença de Instalação do aprofundamento, que foi concedida neste mês pelo Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

VTS

A APS também pretende contratar o projeto básico para a implantação do Serviço de Tráfego de Embarcações (VTS, na sigla em inglês). Após investir milhões na compra de equipamentos e não implantar o sistema, a estatal realizou novos estudos sobre o tema. A ideia é identificar soluções para os problemas que inviabilizaram a primeira empreitada.

A expectativa é contratar um projeto básico exequível em 20

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 22/12/2020

RODRIGO ZANETHI: O COMÉRCIO MUNDIAL NO 3º TRIMESTRE APÓS O CHOQUE DA COVID-19

Agora, nos resta esperar os desdobramentos sanitários e políticos do vírus para que possamos, ainda em 2021, termos um ano comercialmente melhor

Por Rodrigo Zanethi

Ante a enxurrada de informações sobre a covid-19, em regra geral, a população é levada a acreditar que 2020 foi uma catástrofe em todos os sentidos. Realmente, a perda de qualquer vida é algo a se lamentar e, óbvio, a perda de milhões de vidas por causa de uma peste é algo inimaginável em pleno

século 21. Mas certamente, em breve, o mundo terá as rédeas desta situação, as vacinas farão seu papel e poderemos voltar a ter uma vida tranquila, porém diferente, pois os efeitos da covid-19, no aspecto pessoal, laboral, dentre outros, será sentido.



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.134151:1608654591/Coluna-Porto-Mar-Illustrac-o-Arte-Padron.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=01f9e49&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.134151:1608654591/Coluna-Porto-Mar-Illustrac-o-Arte-Padron.jpg?f=2x1&pf=01f9e49&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Rodrigo Zanethi: O comércio mundial no 3º trimestre após o choque da covid-19 (Ilustração: Padron)

Dentre vários pontos, um que preocupava o mundo era a questão das transações comerciais mundiais, ou seja, o quanto o coronavírus impactaria os números da balança comercial mundial. Mas uma agradável surpresa veio à tona em recente publicação da Organização Mundial do Comércio (OMC): no terceiro

trimestre de 2020, o volume de comércio mundial de mercadorias cresceu 11,6% em relação ao trimestre anterior, após queda de 12,7% no segundo trimestre. Neste número, faz-se menção às regiões mais industrializadas que tiveram forte recuperação nas suas exportações, como a América do Norte (20,1%), a Europa (19,3%) e a Ásia (10,1%), apesar de representarem números menores comparados ao mesmo período de 2019 – com exceção da Ásia, que superou em 0,4% as suas exportações. O crescimento mais fraco foi visto na América do Sul e Central (3,1%).

Em relação às importações, os volumes cresceram na América do Norte (16,6% em comparação com o trimestre anterior) e na Europa (15%) no terceiro trimestre, após uma forte queda no segundo trimestre. A Ásia teve um pequeno aumento de 2,1% e as Américas do Sul e Central registraram queda adicional de 0,7% no terceiro trimestre, em comparação com o trimestre anterior. Ressalte-se que, em relação ao 2º trimestre de 2019, em todas essas regiões houve uma queda, valendo citar que, na América do Sul e Central, chegou a - 19,4%.

Esta retomada do crescimento do volume transacionado internacionalmente tem como fonte as medidas de relaxamento sanitário (as quais terão impacto, positivo ou negativo, nos números do 4º trimestre de 2020 e no 1º trimestre de 2021), diversas intervenções nas políticas monetárias e fiscais das principais economias e a capacidade do comércio teve em se adaptar aos novos tempos.

Obviamente, os números apresentados não são de aplaudir de pé, mas surpreendem, visto que a previsão era menor que esta, principalmente se levarmos em conta a projeção de queda em relação ao mesmo período de 2019, onde era antevisto uma queda de 9,2% e esta foi de “apenas” de 8,2%.

No tocante ao Brasil, os números do segundo trimestre de 2020 demonstram uma queda abrupta na importação, na casa de -28,6%, e na exportação, -16,73%, tudo em comparação ao mesmo período de 2019 – o que, para um país em desenvolvimento que tem sua economia baseada na exportação de produtos primários e na importação de máquinas e assemelhados, é assustador. Apesar de que, pelos números lançados até o presente momento, o nosso 4º. trimestre mostra uma melhora, isto é, uma queda bem menos acentuada, sendo que este deve ser o cenário também para o mundo com um quarto trimestre melhor, apesar da nova onda da covid-19.

Agora, nos resta esperar os desdobramentos sanitários e políticos do vírus para que possamos, ainda em 2021, termos um ano comercialmente melhor. Assim, desejo a todos um Santo Natal e um Próspero Ano Novo!
Fonte : A Tribuna Digital - SP
Data : 22/12/2020

PORTO DE SANTOS TERÁ R\$ 6,4 BILHÕES EM INVESTIMENTOS

Projeção da Autoridade Portuária de Santos inclui aportes previstos com arrendamentos e planos de obras

Por *Fernanda Balbino*



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.108204:1594219420/Ferrovia-Maersk.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=5b63165&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.108204:1594219420/Ferrovia-Maersk.jpg?f=2x1&pf=5b63165&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Movimento de vagões no Porto de Santos: projetos também envolvem melhorias nos acessos ferroviários (Foto: Carlos Nogueira/AT)

Os próximos arrendamentos e obras do Porto de Santos devem gerar investimentos de R\$ 6,4 bilhões no complexo marítimo. As intervenções incluem melhorias nos acessos rodovias e ferroviários ao cais santista. E alguns devem virar realidade no próximo ano, segundo a Autoridade Portuária de Santos (APS). Dentro deste pacote, a empresa destaca cerca de R\$ 200 milhões que serão aplicados com recursos próprios e da União.

Os dados fazem parte do balanço anual da estatal que administra o cais santista. E levam em conta, além dos leilões previstos para 2021, novos certames que serão realizados após a conclusão de estudos em elaboração pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

A principal expectativa é relacionada ao arrendamento de dois terminais de grãos líquidos na Almoa, no terreno que hoje é operado pela Transpetro. O STS08 e o STS08A devem receber investimentos de R\$ 791,7 milhões e R\$ 265,4 milhões, respectivamente.

Os dois leilões estão previstos para o segundo semestre do ano que vem e são os mais adiantados no cronograma do Governo Federal. Nas ainda dependem da aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os outros planos ainda devem levar mais tempo para virar realidade, já que estão em fase de estudos. Segundo a APS, no total, os investimentos devem somar R\$ 3,4 bilhões.

A estatal prevê a instalação de um novo terminal de contêineres no Saboó, o STS10. Na mesma região, também está prevista a implantação de um terminal retroportuários. E ainda serão leiloadas instalações de granel sólido mineral (STS53) e grãos vegetais (STS11).

Arrendatários

De acordo com a Autoridade Portuária, importantes investimentos em terminais devem ser concluídos no próximo ano. Na lista, está a ampliação em 220 metros do cais dos terminais da Santos Brasil. A empresa terá um cais de 1.200 metros de extensão no Tecon Santos e 310 metros no TEV. Também estão previstos investimentos no aprofundamento e no reforço da estrutura para a instalação de trilhos para os novos portêineres e, ainda, a aquisição de dois portêineres, 30 rebocues e 30 terminal tractors. Os investimentos somam R\$ 420 milhões.

O terminal XXXIX também fará aportes de R\$ 89 milhões na aquisição de um shiploader (equipamento para o embarque de grãos).

Acessos Sobre os acessos, a Autoridade Portuária destaca investimentos de R\$ 2 bilhões. Neste pacote estão as obras da Avenida Perimetral da Margem Direita (trecho Macuco-Ponta da Praia), a construção de um viaduto na entrada da Cidade e de passarelas que vão impedir cruzamentos entre veículos e vagões na Margem Direita.

Nos acessos ferroviários, os investimentos incluem a construção de um retropátio do Valongo/Almoa, além da terceira linha do Valongo, a pera na região de Outeirinhos, novas linhas no pátio do Macuco e um retropátio da Prainha (Guarujá).

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 22/12/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

SAIBA ONDE ENCONTRAR O LINK DE TRANSMISSÃO PARA ACOMPANHAR AS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE DIRETORIA DA ANTAQ

AANTAQ informa que os links de transmissão para o acompanhamento da Reunião Ordinária de Diretoria estarão no novo portal da Agência (gov.br/antaq). Para encontrá-los, acesse o site, mova a barra de rolagem para baixo até encontrar “Reuniões da Diretoria”. Nessa parte, estarão quatro caixas:

Diretoria Colegiada: informações sobre os diretores da Agência.

Calendário, Atas e Pautas das Reuniões: a última reunião aconteceu em 17 de dezembro. Foi a 492ª.

Sustentação Oral: informações sobre essa modalidade de participação social.

Transmissão da reunião de Diretoria: O INTERESSADO ENCONTRA AQUI O LINK PARA ACOMPANHAR A REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA. IMPORTANTE: O LINK ESTARÁ DISPONÍVEL APENAS NO DIA DA ROD.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 22/12/2020

ANTAQ REALIZARÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE LICITAÇÃO DE ÁREA NO PORTO DE MACEIÓ

Área a ser licitada será destinada à movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente cavaco de madeira

AANTAQ realizará consulta e audiência públicas, no período de 28 de dezembro até 10 de fevereiro de 2021, visando o recebimento de contribuições para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de licitação referente ao arrendamento de terminal portuário destinado à movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente cavaco de madeira, localizado no Porto Organizado de Maceió/AL, denominado área MAC14.

As minutas jurídicas e os documentos técnicos objeto do presente aviso de audiência pública, estarão disponíveis aqui.

Serão consideradas pela Agência apenas as contribuições que tenham por objeto as minutas colocadas em consulta e audiência públicas. As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do dia 10 de fevereiro, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site gov.br/antaq, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido, exclusivamente através do e-mail: anexo_audiencia2020@antaq.gov.br, mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado, anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos, sendo que as contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE), desta Agência, no caso de Brasília/DF, ou nas suas unidades regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no site da ANTAQ.

As contribuições recebidas serão disponibilizadas aos interessados em gov.br/antag.

Audiência Presencial

Com o objetivo de fomentar a discussão e esclarecer eventuais dúvidas sobre o ato normativo, será realizada audiência pública presencial em data, horário e local a serem definidos e devidamente comunicados oportunamente.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data : 22/12/2020



ABTRA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TERMINAIS E RECINTOS ALFANDEGADOS

BANCO DO BRICS ESPERAR EMPRESTAR ATÉ US\$ 2 BI AO BRASIL EM 2021, COM FOCO EM INFRAESTRUTURA

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) deve conceder empréstimos de até 2 bilhões de dólares ao Brasil em 2021 para financiar principalmente projetos de infraestrutura, disse à Reuters a diretora do banco do Brics para Brasil e Américas, Cláudia Prates.

Segundo Prates, o banco tem como um dos grandes focos no país a áreas de saneamento, cujo marco regulatório foi aprovado este ano. Outras áreas no radar do NDB são rodovias e iluminação pública.

“A gente espera para o ano que vem um cheque de 1,5 a 2 bilhões de dólares para Brasil com foco em infraestrutura em geral”, disse a diretora, frisando que o NDB vai buscar financiar projetos em pool com outros bancos.

Para ganhar mais clientes , penetração e capilaridade, o banco, segundo Prates, deve implementar medidas de modernização como operações em reais e apoio a programas de project finance, modalidade de estruturação financeira em que o fluxo de caixa da operação financiada é usado para quitar o financiamento.

Outra área de interesse do banco no Brasil é o apoio a projetos de impacto social, como financiamento de escolas e hospitais.

“Vamos trabalhar junto com bancos regionais para distribuir mais o funding do NDB para municípios menores” , frisou a executiva.

O banco já aumentou sua exposição no Brasil este ano com ações emergenciais de 1 bilhão de dólares para financiar o auxílio emergencial e mais 1 bilhão de dólares para o FGI/Peac, programa de crédito para empresas de pequeno e médio portes.

O NDB também financiou indiretamente projetos municipais e regionais e realizou empréstimos privados que totalizaram 1,5 bilhão de dólares.

“Entre 2015 e 2019, o Brasil tinha 8% da carteira do banco e este ano atingimos quase 20% do portfólio”, disse Prates. Segundo ela, a perspectiva era chegar nesse patamar em dois anos, mas o financiamento às ações de enfrentamento ao baque da pandemia antecipou esse desempenho.

Fonte: Money Times – Reuters

Fonte : **ABTRA - Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados**

Data : 22/12/2020



JORNAL EXTRA - AL

GOVERNO PREPARA LEILÃO DO ÚNICO TERMINAL PARA ESTOCAR AÇÚCAR NO PORTO DE MACEIÓ

Açúcar representa mais de 30% de toda movimentação do complexo portuário da capital

Por *Tamara Albuquerque*



https://novoextra.com.br/img.php?w=770&h=400&src=uploads/imagens/2020/12/_via_wblob.jpg

Área que será arrematada no Porto de Maceió em 2021 Divulgação

O governo federal anuncia para 2021 mais um leilão no complexo portuário de Maceió. O terminal MAC13, cujo projeto de concessão foi encaminhado no dia 25 de agosto ao Tribunal de Contas da União (TCU), deve colocar a área à disposição

da iniciativa privada ainda no primeiro semestre do próximo ano.

De acordo com o Plano Mestre (do Programa de Parcerias de Investimento - PPI), em 2017 foram movimentadas cerca de um milhão de toneladas de açúcar no Porto de Maceió, representando 37% de participação relativa na movimentação do complexo. No cenário atual, o terminal MAC13, que inclui os galpões de armazenamento com capacidade para estocar 180 mil toneladas, é o único a operar esse tipo de carga no Complexo Portuário de Maceió, absorvendo 100% da demanda macro. O arrendamento com a empresa vencedora do leilão é por 25 anos.

O governo também prevê a privatização de outros dois terminais: MAC 11 e MAC 12, com previsão para negociação no segundo semestre de 2021.

Na última sexta-feira, 18 de dezembro, o governo entregou o terminal de granéis líquidos do Porto de Maceió, que completou 80 anos de funcionamento, à multinacional francesa Timac Agro pela bagatela de R\$ 50 mil. O leilão foi realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, na bolsa de valores de São Paulo, como parte do programa de privatização do governo Bolsonaro.

A área entregue, MAC10, possui 7.932 m² e é destinada à movimentação, armazenagem e distribuição de granéis líquidos, especialmente ácido sulfúrico. Essa área específica não possui bens a serem incorporados pela empresa, mas terá implantação de tanques e conexão dutoviária até o Berço 7 do Porto de Maceió, com capacidade de 3.321 m³ para armazenamento de ácido sulfúrico.

A privatização do primeiro terminal do Porto de Maceió gerou revolta de organismos sociais, entre eles o partido Unidade Popular, que teve como candidata à Prefeitura de Maceió, a jornalista Lenilda

Luna. Em material distribuído à mídia, Lenilda denuncia que a lista de privatizações para 2021 inclui inclusive o Porto de Santos, o maior e mais lucrativo do Brasil. " Bolsonaro mira as companhias elétricas, aeroportos, tecnologia de comunicação, rodovias e até os parques e florestas. O país está à venda e por uma bagatela", afirmou.

Fonte : *Jornal Extra - Alagoas*

Data : 22/12/2020



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

PROJETO OBRIGA GOVERNO A GARANTIR VACINAÇÃO GRATUITA DE TODOS OS BRASILEIROS ATÉ METADE DE 2021



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/12/aa-e1608576810536.jpg>

O autor da proposta, deputado Hercílio Coelho Diniz (Imagem: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados)

O Projeto de Lei 5407/20 obriga o governo federal a garantir a compra de estoque suficiente de vacinas contra a Covid-19 para imunizar toda a população até o final do primeiro semestre de 2021. Segundo o texto, que tramita na Câmara dos Deputados, a transferência de recursos federais para aquisição de vacinas por estados, Distrito Federal e municípios obedecerá critérios técnicos a serem definidos em regulamento.

Na primeira fase de vacinação deverão estar, de acordo com a proposta, idosos com mais de 70 anos; pessoas com cardiopatias, diabetes, pneumopatia, doença neurológica ou renal, imunodepressão, obesidade, asma, ou outra doença considerada fator de risco e profissionais da saúde.

Na segunda fase, serão imunizados professores e profissionais de educação e a população indígena; na terceira, forças de segurança e os presos; e, finalmente, o resto da população.

“O Estado deve direcionar as ações visando atenuar os riscos e as incertezas decorrentes dos impactos econômicos e sociais da pandemia e, entre essas ações, está o fornecimento e a distribuição gratuita da vacina contra a Covid-19”, diz o deputado Hercílio Coelho Diniz (MDB-MG), autor do projeto.

O projeto altera a Lei Nacional da Quarentena (lei 13.979/20), que estabelece medidas emergenciais de combate à pandemia de Covid-19 no País.

Fonte : *O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

Data : 22/12/2020

APROVADA A ABERTURA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PRIMEIRO PROJETO DE DESESTATIZAÇÃO DE PORTOS NO BRASIL

Finalidade da consulta é receber contribuições e sugestões relativas ao modelo do contrato da futura concessão

O Governo Federal aprovou, nesta quinta-feira (17), por meio da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a abertura da consulta pública sobre os estudos do projeto de desestatização

dos portos de Vitória e Barra do Riacho, administrados pela Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). As audiências serão virtuais e os documentos estarão disponíveis para consulta e contribuições no site da Antaq, por 45 dias, a partir do dia 28 de dezembro. A audiência pública presencial será agendada futuramente.

Para o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, essa é mais uma iniciativa do governo do Presidente Jair Bolsonaro que saiu do papel. “Como prometido, teremos a primeira desestatização portuária do Brasil, começando com o Porto de Vitória, e a ideia é a partir desse modelo implantar em outros portos. A desestatização é uma prioridade do Governo Federal”, destacou Freitas.

Qualificado durante a 3ª Reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o projeto é o primeiro de desestatização de portos públicos implantando no Brasil. A ideia é transferir para a iniciativa privada, que já atua na operação portuária, a gestão das infraestruturas e áreas públicas, trazendo melhorias operacionais e na qualidade dos serviços prestados, além de maior agilidade e capacidade de realizar os investimentos necessários.

O projeto, que está sendo estruturado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sob a coordenação do Ministério da Infraestrutura, apresentará os estudos que embasam a modelagem de concessão dos Portos de Vitória e Barra do Riacho, por 35 anos, e os principais aspectos regulatórios para exploração. Assim, serão levados para discussão as propostas de tarifário, os parâmetros de desempenho, as formas de exploração indireta das áreas, a sub-rogação de contratos, entre outros. Também serão analisados, em consulta pública, a previsão de investimentos estimados e o potencial de desenvolvimento das áreas greenfield.

Quando disponibilizados, os documentos poderão ser acessados pelo link: <http://portal.antaq.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/audiencia-publica-2/>

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 22/12/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

CENTENAS DE BARCOS FUNDEADOS DEVIDO A GREVE NOS PORTOS ARGENTINOS



Argentina's Presidency Press Office/AFP

<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2020/12/1936a4545f87d4e08712930f0490790476bb9b66-768x432.jpg>

Imagem divulgada pela Presidência da Argentina mostrando a participação do Presidente Alberto Fernandez na Cúpula do Mercosul realizada via videoconferência devido à nova pandemia de coronavírus COVID-19, da Residência Presidencial de Olivos em Olivos, Buenos Aires, em 16 de dezembro de 2020. A gestão de Fernandez enfrenta uma greve de 13 dias causada pelo não reajuste salarial de mais de 12 mil trabalhadores do setor de alimentos. -

Uma greve iniciada há 13 dias por três sindicatos afeta os portos agroexportadores argentinos, onde mais de uma centenas de barcos estão fundeados esperando uma definição do conflito.

“No dia de hoje (terça, 22) há mais de cem barcos fundeados porque a greve paralisou as atividades em 22 terminais de carga”, disse Juan Peralta, porta-voz da União de Receptores de Grãos e Similares à AFP (Urgara).

A greve, que teve a adesão de 12 mil trabalhadores e foi iniciada em 9 de dezembro, também afetou as atividades das processadoras de oleaginosas depois que as negociações patronais fracassaram na semana passada.

A Argentina é um dos principais produtores mundiais de alimentos, primeiro em exportação de óleo de soja e quarto de trigo, entre outros produtos.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 22/12/2020

PORTO DO AÇU OBTÉM LICENÇA PARA OPERAR USINA TERMELÉTRICA MOVIDA A GÁS

O Porto do Açú, no norte fluminense, recebeu hoje (22), do governo do estado do Rio, licença para operar a primeira termelétrica operada pela Gás Natural Açú (GNA), que tem como acionistas as empresas Prumo Logística, a petroleira BP e a alemã Siemens. A usina, prevista para operar comercialmente no primeiro semestre de 2021, tem capacidade instalada de 1.338 MW, o equivalente ao suprimento de mais de 6 milhões de residências.

O documento foi entregue em cerimônia no Palácio Guanabara, na presença do governador em exercício, Cláudio Castro, e dos secretários da Casa Civil, Nicola Miccione, e do Ambiente e Sustentabilidade, Thiago Pampolha, além de representantes do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e da GNA.

Na ocasião, o governador disse que pediu agilidade nos processos de licenciamento, por causa do impacto na qualidade de vida das pessoas, e ressaltou que isso foi feito com respeito a todas as regras e decisões técnicas. “Apenas a construção da termelétrica gerou mais de 11 mil empregos, além de abrir as portas para que outros grupos entendam que o Rio vai voltar a ser um local bom para investir”, afirmou.

A unidade é parte do maior parque termelétrico da América Latina. O projeto inclui a implantação de duas usinas térmicas movidas a gás natural (GNA I e GNA II) que, em conjunto, alcançarão 3 GW de capacidade instalada. Juntas, as duas térmicas vão gerar energia suficiente para atender cerca de 14 milhões de residências. O projeto compreende ainda um terminal de regaseificação de GNL (gás natural liquefeito), de 21 milhões de metros cúbicos por dia. O investimento total é de cerca de R\$ 10 bilhões.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 22/12/2020



EXTRA ONLINE

PETRO RIO CONVERTE FINANCIAMENTO PARA LONGO PRAZO E ANUNCIA AQUISIÇÃO DE SONDA

Por Luciano Costa

SÃO PAULO (Reuters) - A Petro Rio informou que assinou acordo com a Prisma Capital para converter um financiamento-ponte de 100 milhões de dólares em um financiamento de longo prazo, enquanto informou ainda que fechou a aquisição de uma sonda.

Em comunicado na noite de segunda-feira, a companhia afirmou que o contrato de longo prazo com a Prisma mantém o valor do principal e fixa as amortizações em quatro parcelas iguais de 25 milhões de dólares-- em julho de 2021, janeiro de 2022, julho de 2022 e janeiro de 2023.

O empréstimo teve como objetivo prover parte dos recursos para a aquisição do FPSO OSX-3 e do campo de Tubarão Martelo. A possibilidade de extensão de prazo já era prevista, sem alteração da taxa de juros, mediante adequação de garantias, acrescentou a empresa.

A Petro Rio disse ainda que firmou acordo com a Ventura para aquisição, pelo valor de 1 dólar norte-americano, da sonda Atlantic Zephyr, semissubmersível do tipo ancorada, adequada para intervenções e completações em poços de lâmina d'água de até 300 metros.

A sonda deve adicionar custos anuais de operação e manutenção da ordem de 3 milhões de dólares, enquanto eliminará a necessidade de contratação de sondas de terceiros para intervenções no campo e reduzirá custos em relação a sondas alugadas, segundo a companhia.

"Esta aquisição tem por objetivo reduzir o custo operacional e aumentar a eficiência do campo de Tubarão Martelo através da redução significativa do tempo de resposta a eventuais paradas de poço", afirmou.

De acordo com a empresa, a estratégia visa replicar modelo aplicado no campo de Polvo, onde uma sonda de perfuração instalada na plataforma alcançou recorde de eficiência e "payback" dos investimentos.

Fonte : Extra Online

Data : 22/12/2020

PETROBRAS AFIRMA QUE PERFURAÇÃO EM BÚZIOS ENCONTROU PETRÓLEO DE ÓTIMA QUALIDADE

Por Luciano Costa

SÃO PAULO (Reuters) - A Petrobras disse que confirmou a presença de petróleo de ótima qualidade em meio à perfuração de um poço no importante campo de Búzios, na Bacia de Santos.

"A descoberta reforça o potencial do pré-sal no campo de Búzios", disse a estatal em comunicado nesta terça-feira.

O poço 9-BUZ-48D-RJS, localizado no extremo noroeste do campo, fica a 188 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro. Ele foi perfurado em profundidade d'água de 1.850 metros e os testes que mostraram o petróleo foram realizados a partir de 5.540 metros de profundidade, explicou a companhia.

A Petrobras é operadora do consórcio responsável pelo campo de Búzios, com 90% de participação. As chinesas CNOOC e CNDOC são sócias no ativo, com 5% cada.

Fonte : Extra Online

Data : 22/12/2020

MINÉRIO DE FERRO RECUA NA CHINA APÓS MEDIDAS DE BOLSA PARA LIMITAR NEGOCIAÇÕES

Por Enrico Dela Cruz

MANILA (Reuters) - Os futuros do minério de ferro na China e em Cingapura recuaram nesta terça-feira de níveis recorde tocados na véspera, depois que o regulador de mercado chinês ampliou esforços para conter negociações especulativas na commodity com melhor desempenho em 2020.

O contrato do minério de ferro para entrega em maio na bolsa de Dalian encerrou o pregão do dia com queda de 4,8%, a 1.055 iuanes (161,04 dólares) por tonelada, após cinco sessões consecutivas de ganhos.

A bolsa de commodities de Dalian anunciou limites para abertura de posições em um único dia a partir desta terça-feira.

Em um comunicado em separado, a bolsa também propôs reduzir alguns limites para posições nas operações em mais da metade para os futuros do minério de ferro, visando "fortalecer o gerenciamento de risco".

O movimento veio após fortes compras especulativas nos últimos dias que levaram a um pedido de grandes siderúrgicas chinesas por uma investigação regulatória. Antes, em 3 de dezembro, a bolsa já havia anunciado um limite para as operações com o contrato mais ativo do minério de ferro, para maio.

A bolsa disse que irá "ajudar dinamicamente o limite de negociação de acordo com as condições do mercado".

Na bolsa de Cingapura, o minério de ferro recuava 6,9%, para 162,83 dólares por tonelada.

Os preços do minério de ferro mais que dobraram em 2020 e ele caminha para ser a commodity com melhor desempenho dentre as principais negociadas no mercado global, pelo segundo ano consecutivo.

No aço, o vergalhão na bolsa de Xangai recuou 0,3%.

Fonte : Extra Online

Data : 22/12/2020



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

LEI DO GÁS ENTRA EM PAUTA EXTRAORDINÁRIA NA CÂMARA PARA ESTA TERÇA-FEIRA

Por epbr - 22 de dezembro de 2020 - Em Congresso, Mercado de gás, Petróleo e gás

A Câmara dos Deputados realiza na manhã desta terça-feira (22), a partir das 11 horas, sessão deliberativa do Plenário com 13 propostas em pauta, entre elas a Lei do Gás, que terá como relator novamente o deputado Laércio Olveira (PP/SE).

No último dia 11, o Senado Federal alterou o projeto para a nova Lei do Gás, contrariando o governo federal, que desejava concluir a tramitação, mantendo o PL original, aprovado em setembro.

Eduardo Braga (MDB/AM) acatou emendas e inclui a contratação de térmicas inflexíveis em leilões locais – usinas que seriam contratadas em leilões de energia com o objetivo de gerar na base e em regiões que justifiquem a ampliação da malha de dutos e do acesso ao gás natural.

Medida foi derrubada, em parte, mas outras alterações seguem para nova votação na Câmara dos Deputados. Os deputados vão discutir agora apenas as mudanças realizadas pelos senadores. O texto-base foi aprovado e não pode ser alterado na Câmara.

A discussão é o modelo de desenvolvimento: se o desenho do mercado deve garantir a expansão da infraestrutura de gás natural, o que precisará ser pago pelo consumidor, ou o gás natural deve crescer até onde cabe no custo, como defende o governo.

Senado retifica redação

O Senado retificou a redação da Lei do Gás enviada nesta segunda (21) à Câmara e retirou do texto o artigo que previa que os leilões de compra de energia termelétrica da ANP deverão dar prioridade à compra de energia proveniente de usinas termelétricas inflexíveis.

O artigo fora incluído no texto encaminhado à Câmara mesmo tendo sido rejeitado em votação no Senado. A inclusão surpreendeu a equipe do relator da Lei do Gás na Câmara, Laércio Oliveira (PP/SE).

O deputado redigiu nesta manhã um novo relatório do PL 4476/2020 em que rejeita as alterações aprovadas no Senado – inclusive o artigo incluído sem aprovação – e retoma o texto original da matéria, conforme aprovado na Câmara.

No final da manhã desta terça (22), Oliveira participou da reunião de líderes da Câmara e reiterou seu alinhamento com a oposição do governo federal de aprovar a redação original da matéria.

Também está em pauta a Medida Provisória 1010/20, que isenta moradores do Amapá do pagamento da conta de luz de novembro. Para custear a isenção, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) receberá valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo criado pela Lei 10.438/02 para promover a universalização dos serviços de energia elétrica e prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas.

Para recompor o fundo, outra medida provisória também foi publicada (MP 1011/20) para abrir um crédito extraordinário de R\$ 80 milhões em favor do Ministério de Minas e Energia, que fará o repasse à CDE. As duas medidas provisórias entram em vigor imediatamente, mas precisam ser aprovadas pelo Congresso Nacional em, no máximo, 120 dias.

O crédito extraordinário aberto será compensado com o fim da isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que vigoraria até o dia 31 de dezembro, mas será encerrada a partir do dia 26 de novembro, o que deve gerar uma arrecadação extra aos cofres públicos da União.

Outra sessão está prevista para as 18 horas, com item único: a PEC 391/17, que aumenta em 1 ponto percentual os repasses de alguns tributos da União para as cidades, por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 22/12/2020

REATIVAÇÃO DAS BANDEIRAS REFORÇA A IMPORTÂNCIA DAS TERMOELÉTRICAS DA PETROBRAS, POR ANA CAROLINA CHAVES

Em Artigos e opinião, Mercado de gás, Setor elétrico

Em novembro passado, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reativou a sistemática de acionamento das Bandeiras Tarifárias. Aplicando a metodologia, ficou estabelecida a bandeira vermelha Patamar 2 no mês de dezembro de 2020. Isso significa que a capacidade de atendimento do consumo de energia elétrica está crítica em função da queda dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Nesse cenário, as termoelétricas da Petrobras serão fundamentais para suprir eventuais gargalos de fornecimento hidrelétrico. Isso ocorre num período quando a estatal de petróleo busca vender suas termoelétricas, o que pode trazer riscos importantes a médio prazo em cenários como o atual, principalmente em relação aos custos de fornecimento.

Apesar do crescimento do uso das fontes solar e eólica, o setor elétrico brasileiro atualmente é visto como um sistema hidrotérmico, cuja geração hidrelétrica é a principal fonte de geração de base do sistema, acompanhada pela geração complementar de usinas termelétricas (UTE), que são despachadas a depender das necessidades elétricas e do nível dos reservatórios do sistema.

Tendo em vista que a maioria da oferta de energia brasileira é proveniente de fontes de energia renováveis, que dependem diretamente das condições climáticas, o risco de não suprimento de energia é administrado através da operação de uma fonte controlável de energia – as usinas termoelétricas.

A operação do sistema elétrico brasileiro é coordenada de maneira integrada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Os parques geradores encontram-se conectados por meio de uma extensa rede de transmissão – o Sistema Interligado Nacional (SIN) –, sendo operados e despachados a fim de garantir a otimização e eficiência do sistema, bem como a oferta e disponibilidade de energia.

Desta forma, as decisões operativas são tomadas de forma sistêmica, considerando a interdependência e complexidade dos elementos do sistema.

Neste contexto, as unidades geradoras podem ser requeridas a despachar tanto no regime de acompanhamento de carga, compensando alguns pontos de carga do sistema elétrico, quanto na geração de base, regularizando o regime de afluência e controlando o nível dos reservatórios.

A contratação e comercialização de energia elétrica, desde o novo modelo regulatório de 2004, é realizada em dois ambientes de mercado: o regulado (ACR) e o livre (ACL).

O ACR atende às demandas dos distribuidores que são obrigados a comprar energia nos leilões organizados pela Aneel, via contratos de longo prazo.

Já no ACL, os agentes realizam negociações e contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica, cujos preços, volumes e prazos de suprimento são acordados entre as partes. Por fim, o mercado de curto prazo (MCP) realiza a contabilização da diferença entre o volume de energia contratado e o efetivamente produzido ou consumido, com base no Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

No caso das UTEs, a venda de energia pode ser realizada nos dois ambientes de mercado, no entanto, os contratos de longo prazo do ACR oferecem uma melhor previsão de geração de receita.

Já a contratação destas usinas ocorre por disponibilidade, ou seja, o empreendedor é remunerado pelo custo de operação da usina, quando necessária a entrada em operação, sendo o valor do custo variável unitário definido no momento do leilão.

Desde o período de estiagem de 2012, as usinas termelétricas vêm sendo cada vez mais chamadas a operar, a fim de regularizar a oferta de energia. Cenário que se mantém previsto para os próximos anos, com a crescente redução da participação das hídricas e a entrada significativa de fontes renováveis intermitentes, notadamente, energia eólica e solar.

Desta forma, as usinas termoelétricas que deveriam atuar em momentos pontuais, passam a ter uma forte participação na base da geração do sistema. No entanto, os custos adicionais de operação das UTE não são considerados na remuneração estabelecida no contrato, o que pode se tornar problemático quando estas usinas são acionadas com uma frequência acima da prevista.

Em períodos secos, além das UTE entrarem em operação com mais frequência, um número maior de agentes não consegue atingir o quantitativo de energia contratado, precisando recorrer ao mercado livre e à compra de energia pelo PLD.

Os dados da Câmara de Comercialização de Energia (CCEE) mostram uma grande elevação do PLD a partir do terceiro trimestre de 2020, devido, possivelmente, à aproximação do período seco, especialmente no Norte e Nordeste, mas também no Sudeste.

Diante do cenário atual de queda do nível dos reservatórios, o ONS vem acionando o despacho de usinas termelétricas, inclusive das usinas mais caras, aumentando o custo médio de operação do sistema.

Tendo em vista o preço teto do PLD, no início de dezembro de 2020, a Aneel retomou o instrumento de cobrança das bandeiras tarifárias, na tentativa de sinalizar ao consumidor as condições críticas

dos reservatórios e equalizar a parcela dos custos variáveis do acionamento das usinas termelétricas.

Com a entrada da categoria mais alta das bandeiras tarifárias – bandeira vermelha, patamar 2 – a agência reguladora espera reduzir o consumo de energia elétrica.

Esta decisão ocorre no mesmo momento em que a Petrobras realiza um amplo processo de desinvestimentos, que inclui a venda de usinas termelétricas de Camaçari (BA) e Canoas (RS).

A princípio, a venda das UTE não deve afetar os contratos do mercado regulado, pois os preços já se encontram firmados e definidos pelos contratos de energia.

No entanto, destaca-se que o combustível utilizado pelas térmicas sofre oscilações de preço, podendo atingir valores diferentes do planejado, risco que é assumido pelo comprador. Já no mercado livre, com o baixo nível dos reservatórios e aumento do PLD, poderá haver um aumento da venda neste mercado.

Ana Carolina Chaves é pesquisadora do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep) e do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel).

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 22/12/2020

INVESTIMENTOS FLORESTAIS NA AMAZÔNIA PODEM AVANÇAR EM 2021

Por Gabriel Chiappini - 22 de dezembro de 2020 - Em Clima

Este ano ficou marcado pela pandemia do coronavírus e seus efeitos pelo mundo, mas também pelo desgaste da imagem do Brasil internacionalmente devido às duras críticas em relação às políticas ambientais do governo Jair Bolsonaro, que chegou a sofrer pressão de investidores, empresas e organizações da sociedade civil.

Enquanto o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defendia “passar a boiada”, e flexibilizar normas de proteção ambiental, as queimadas e a destruição na Amazônia registravam números recordes, com crescimento de 34,5% nos alertas de desmatamento em um ano, segundo dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Para 2021, entram em cena concessões de florestas públicas, emissão de créditos de carbono e pagamento por serviços de recuperação e proteção ambiental, como modalidades que pretendem movimentar os investimentos sustentáveis em florestas na Amazônia e colocar o Brasil no centro global do mercado verde.

Concessões florestais

Já no início do ano que vem, o governo pretende conceder à iniciativa privada seis florestas no Estado do Amazonas, pertencentes à União, que totalizam 2,5 milhões de hectares, para exploração sustentável. Os projetos de concessão florestal foram incluídos no portfólio de prioridades do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), do Ministério da Economia.

São eles: Floresta Nacional do Humaitá, Floresta Nacional de Iquiri, Floresta Gleba Castanho Floresta Nacional de Balata – Tufari, Floresta Nacional de Jatuarana e a Floresta Nacional de Pau Rosa. Somente nas três primeiras áreas, são previstos investimentos de R\$ 387 milhões, com geração estimada de 2,5 mil empregos diretos e 5 mil indiretos.

“Acredita-se que ocorrerá aumento de interessados com aportes internacionais, dado que estes novos projetos possuem áreas maiores a serem ofertadas, o que pode gerar maior interesse de investidores internacionais”, disse o chefe da Assessoria Especial de Apoio ao Investidor e Novos Projetos do PPI, Ricardo Faria, à epbr.

Ele também vislumbra que haverá aumento de empresas, em geral, interessadas nas concessões.



O edital mais recente, referente à Floresta Nacional do Amapá, recebeu propostas de 12 empresas este mês. Foi o segundo com maior número de interessados, ficando atrás apenas da concessão da Floresta Nacional de Jamari, em Rondônia, em 2008.

A concessão florestal é uma das modalidades de gestão de florestas públicas previstas na Lei 11.284, de 2 de março de 2006, que permite que União, estados e municípios, mediante licitação, concedam a uma pessoa jurídica o direito de manejar de forma sustentável, e mediante pagamento, as florestas de domínio público para obtenção de produtos e serviços.

Hoje, elas somam 311,6 milhões de hectares, equivalente a 33,6% do território nacional, sendo 20 milhões potencialmente aptos a concessão florestal. Entretanto, apenas 1 milhão de hectares foram concedidos para iniciativa privada até agora. A meta do governo é chegar a 4 milhões até 2022.

Também está na Câmara o PL 5518/2020 que pretende alterar a lei existente para dar maior celeridade ao processo licitatório, garantindo flexibilidade aos contratos das concessões florestais e o direito aos concessionários de emitir créditos de carbono.

“Considerando a importância estratégica das concessões florestais para o crescimento do setor florestal na Amazônia, é fundamental a revisão do marco legal atual,” diz o texto.

Pagamento por serviços ambientais

Foi aprovado nesta segunda (21) um PL que cria a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), que também pode beneficiar empresas interessadas na concessão de florestas.

A Câmara dos Deputados ratificou a proposta do senador Fabiano Contarato (Rede/ES), que institui o pagamento, monetário ou não, para serviços que ajudem a conservar áreas de preservação.

A proposta incluiu as reservas extrativistas e as reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) entre as áreas elegíveis para pagamento de serviços ambientais, que favoreçam a manutenção, a recuperação ou a melhoria de ecossistemas.

“É um projeto importante não só para ambientalistas e para a agropecuária, mas para toda a população brasileira”, afirmou Contarato, que também é presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado (CMA).

Paralelamente ao PL, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) incluiu, no último dia 18, a conservação da vegetação nativa na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), permitindo a emissão de nota fiscal para as atividades de conservação de florestas, impulsionando o pagamento por serviços ambientais.

“A conservação de vegetação nativa se distingue de atividades de plantio e cultivo para silvicultura, que já constavam no CNAE. Na nova atividade, enquadram-se ações de proteção e manutenção da vegetação nativa, prevenção e combate a incêndios, monitoramento e vigilância ambiental, entre outras”, afirmou o Ministério em nota.

Floresta+

A iniciativa vai de encontro ao programa Floresta+, lançado em junho pelo MMA, com a intenção de estruturar o mercado de serviços ambientais em áreas mantidas com cobertura de vegetação nativa na região Amazônica e outros biomas.

Plantio de espécies nativas, produções agroflorestais e integração lavoura-pecuária-floresta são alguns exemplos de atividades que serão reconhecidas e remuneradas no programa.

No início de dezembro, o Ministério deu início à implementação do projeto-piloto Floresta+ em Rondônia, na comunidade da Reserva Extrativista Pacaás Novos, que destinará cerca de R\$ 40

milhões para projetos de até R\$ 500 mil. A produção da castanha é uma das principais atividades da comunidade.

O programa também passou a contar com a modalidade Floresta+ Carbono, que prevê a geração de créditos de carbono por meio da conservação e recuperação da flora nativa. A ideia é que as empresas que não têm como reduzir parte de suas emissões possam compensá-las.

Mercado de carbono

Para Ronaldo Seroa da Motta, professor de Economia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e consultor do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) o programa do governo não tem nenhuma eficácia, uma vez que não estipula metas.

“O Floresta Mais é redundante, e reconhece os protocolos internacionais existentes. O Brasil já vende carbono para o mercado voluntário (...) Temos que criar um protocolo brasileiro, que estabeleça um mercado compulsório doméstico de carbono”, afirmou à epbr.

Seroa é um dos autores do documento encaminhado pelo CEBDS, em agosto, ao governo federal, em defesa da criação de um marco regulatório para o mercado de carbono, que contribua para a redução de emissões de gases do efeito estufa e cumprimento do Acordo de Paris.

No mesmo mês, o presidente da Câmara dos deputados, Rodrigo Maia, chegou a afirmar que a criação de um mercado de carbono no Brasil era uma prioridade no Legislativo e um caminho para financiar a manutenção da floresta de pé.

Contudo, o projeto de lei que trata do tema (PL 7578/2017) de autoria do deputado Zé Silva (Solidariedade/MG), ainda aguarda parecer na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara desde julho de 2019, depois do texto ter sido aprovado nas comissões de Agricultura, e de Meio Ambiente.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 22/12/2020

VERONICA COELHO SERÁ A NOVA PRESIDENTE DA EQUINOR NO BRASIL

Por epbr - 22 de dezembro de 2020 - Em Notícias

A Equinor anunciou nesta terça (22) que Verônica Coelho será a nova presidente da empresa no Brasil a partir de 1º de fevereiro de 2021. Vai substituir Letícia Andrade, que acumulava a função interinamente desde outubro com a saída de Margareth Øvrum, que se deliga da empresa em 31 de dezembro.

Letícia Andrade continuará exercendo a função de vice-presidente de Estratégia e Portfólio, função já ocupada por Verônica Coelho, que retornou ao Brasil após um ano na Noruega, onde ocupou a posição de assessora especial do Chief Finance Officer

“A Equinor construiu, desde 2001, uma organização local forte e muito competente, com uma base sólida em nossos valores. Estou muito orgulhosa com a oportunidade e cheia de energia para dar continuidade à realização da estratégia do grupo no Brasil. Nossos três pilares estratégicos globais – sempre seguros, alto valor e baixo carbono – direcionam nosso caminho também aqui no Brasil e com isso, geramos valor para a empresa, para nossos acionistas e para a sociedade local”, enfatiza Verônica.

Verônica Coelho participou, no final de 2019, de uma edição do podcast Sim, Elas Existem. O bate-papo com Renata Isfer pode ser ouvido no link

Apostas em petróleo, gás e renováveis

A Equinor está apostando em projetos de produção de petróleo, gás natural e energias renováveis no país. A empresa anunciou em novembro a meta de se tornar com emissões zero de carbono em 2050 e afirmou que está se preparando para o declínio gradual da demanda global por petróleo e gás

a partir de 2030 e espera, com isso, produzir, no longo prazo, menos petróleo do que produz atualmente. Mesmo assim, estima um crescimento de 3% por ano na produção até 2026 e entende que uma parcela cada vez maior de petróleo e gás será usada para produtos petroquímicos em 2050.

No Brasil está desenvolvendo o projeto de Bacalhau, no pré-sal da Bacia de Santos, em parceria com a Petrogal e ExxonMobil. Anunciou neste ano a contratação de uma das maiores plataformas de produção do mundo para o projeto, que terá capacidade para produzir até 220 mil barris de petróleo por dia e 15 milhões de m³/dia de gás natural. A previsão é que a unidade comece a produzir entre 2023-2024.

Em agosto, a Equinor iniciou o licenciamento no Ibama dos parques eólicos offshore Aracatu I e Aracatu II, com 4 GW, sendo 2 GW em cada um e possibilidade de ampliação para 2,33 GW. O plano é instalar o primeiro parque eólico no litoral do Rio de Janeiro e o segundo, entre os estados do Rio e do Espírito Santo.

Não será o primeiro investimento em renováveis da empresa no Brasil. Já atua na geração de energia solar fotovoltaica com a usina de Apodi, de 162 MW, que está instalada no município de Quixeré, no Ceará. O projeto é uma parceria com a Scatec Solar e a brasileira Kroma Energia. Fornece energia para cerca de 160 mil residências.

Outro projeto com a Scatec Solar tem decisão de investimento prevista para o próximo ano. Hydro, Equinor e Scatec estão estudando a construção de uma usina solar fotovoltaica, de 480 MW, no Rio Grande do Norte.

E a empresa também é a primeira produtora de óleo e gás a anunciar investimentos em florestas no Brasil. Na última sexta, fechou acordo de três anos com a Reserva Ecológica de Guapiaçu (REGUA), com possibilidade de dois anos adicionais, para preservação e reflorestamento de Mata Atlântica. A empresa vai auxiliar na restauração e na proteção do habitat natural e apoiar o aprendizado de alunos do Rio de Janeiro sobre a importância de florestas tropicais, sua biodiversidade e contribuição para mudanças climáticas.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 22/12/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

BNDES FAZ LEILÃO DE R\$ 160 MILHÕES EM TÍTULOS NÃO PAGOS DE 323 OPERAÇÕES

De acordo com o edital do banco, 188 contratos têm atraso entre 15 e 19 anos.

Por Bruno Rosa

RIO - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou hoje que vai leiloar R\$ 160 milhões em títulos não pagos. O valor se refere a créditos de operações indiretas originadas em bancos que tiveram interrupção em suas atividades por intervenção ou liquidação extrajudicial.

Por lei, esses créditos tiveram sua titularidade transferida ao BNDES. Dentre os créditos incluídos no edital, há 323 operações envolvendo 251 diferentes devedores. Os títulos serão vendidos em leilão pelo maior valor de oferta. Os investidores interessados devem se qualificar até o dia 15 de janeiro.

De acordo com o edital do BNDES, 188 contratos no valor de R\$ 102,9 milhões tem atraso entre 15 e 19 anos. Os 132 títulos com mais de 20 anos somam R\$ 57,7 milhões.

As informações sobre a carteira serão disponibilizadas aos investidores qualificados entre fevereiro e março. As propostas, então, serão apresentadas entre 25 e 30 de março. A sessão pública para lances está prevista para ocorrer no dia 31 de março de 2021, informou o banco em nota.

Segundo o BNDES, foram feitas diversas tentativas de recuperação das dívidas, seja através de renegociação ou de ações judiciais. "Atualmente, esses títulos têm potencial limitado de recuperação e alto custo de manutenção", destacou o banco. Esses títulos de crédito estão há mais de 13 anos na carteira do banco.

Esse tipo de operação é tradicional no mercado bancário brasileiro, já que, segundo o BNDES, há diversas empresas especializadas no mercado que trabalham com instrumentos específicos para aumentar a capacidade de recuperação dos títulos, e, por esse motivo, são interessadas na compra.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 22/12/2020

PORTO DE NITERÓI BATE RECORDE E ESPERA NOVA ARRECADAÇÃO HISTÓRICA PARA 2021; MERCADO DE OFFSHORE IMPULSIONA SETOR

Faturamento estimado é 10% maior que o resultado inédito de R\$ 7,2 milhões obtido em 2020. Peças e equipamentos para plataformas e navios movimentam terminais

Por Leonardo Sodré



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24804203-d09-bbf/FT1086A/652/xP-Niteroi-5.jpg.pagespeed.ic.jf8i0PCKA6.jpg>

Os terminais do porto, próximo aos acessos à Ponte Rio-Niterói, são administrados pelas empresas Nitshore e Nitport - Foto: Divulgação /CDRJ

NITERÓI — A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), que bateu um recorde histórico de faturamento no Porto de Niterói este ano, com receita de R\$ 7,2 milhões, valor 9,8% maior que o de 2019, prevê o mesmo desempenho em

crescimento em 2021, também com arrecadação inédita. Com uma leve oscilação negativa no ano passado, o rendimento do porto da cidade triplicou na última década, impulsionada pelo mercado de offshore. As principais cargas movimentadas são suprimentos, peças e equipamentos para plataformas e navios.

O faturamento do porto vem das tarifas públicas (58%) e de arrendamentos (42%). Um dos terminais é administrado pela empresa Nitshore Engenharia e Serviços Portuários; e o outro, pela Nitport Serviços Portuários. O desenvolvimento do setor de óleo e gás na Bacia de Santos fez do local a principal porta de entrada e saída de equipamentos nos últimos anos, levando o faturamento a saltar de R\$ 2,6 milhões em 2010 para os atuais R\$ 7,2 milhões.

— O resultado recorde foi com faturamento até novembro, faltando ainda um mês para o fim do ano. Muito provavelmente, o crescimento vai ficar em torno de 12%, o que num cenário de pandemia é surpreendente — considera Mario Povia, diretor de Gestão Portuária da CDRJ, que visitou o Porto de Niterói no último dia 9. — Em janeiro, nossa expectativa era essa, mas já em março, com o coronavírus, não, e revimos as projeções. Não esperávamos uma resposta tão rápida.

Peças e equipamentos

Com uma localização estratégica na Baía de Guanabara, o Porto de Niterói se tornou uma base logística em apoio às atividades offshore. Mario Povia salienta que melhorias como a dragagem do

canal de acesso ao porto para possibilitar a passagem de embarcações maiores serão executadas, a fim de aproveitar o bom momento do setor.

— Temos um horizonte muito favorável, principalmente na Baía de Santos, onde há uma retomada de negócios na fase pré-operacional, com empresas se instalando. E o Porto de Niterói é operacional para os serviços de plataformas. Temos aqui a troca de equipamentos entre plataformas e terra, e de peças que vêm do exterior. O foco do Porto de Niterói são equipamentos de engenharia — explica.

Além dos terminais arrendados, a gerência do Porto de Niterói pratica a cobrança das tarifas públicas das embarcações que acessam os estaleiros no seu entorno. A CDRJ também administra os portos do Rio, de Itaguaí e de Angra dos Reis.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 22/12/2020

BOMBA FISCAL: PROJETOS NO CONGRESSO PARA AJUDAR ESTADOS E MUNICÍPIOS PODEM CUSTAR R\$ 589 BI À UNIÃO

Conta faz parte de um relatório do Tesouro Nacional sobre os riscos fiscais que rondam o Orçamento
Por Manoel Ventura

BRASÍLIA - O ano de 2021 nem começou, mas a equipe econômica já está preocupada com a possibilidade de avanço no Congresso Nacional de propostas que aumentam os gastos públicos. O governo federal estima que pode perder até R\$ 589 bilhões em dez anos caso a Câmara e o Senado aprovem um conjunto de projetos que beneficiam estados e municípios. A conta faz parte de um relatório do Tesouro Nacional sobre os riscos fiscais que rondam o Orçamento da União e inclui três propostas.

Na semana passada, com o apoio do governo, Câmara e Senado já aprovaram um socorro de R\$ 217 bilhões para estados e municípios. A proposta renegocia as regras para estados que descumpriram o teto de gastos, a reformulação do Regime de Recuperação Fiscal e a permissão para crédito em troca de ajuste nas contas. O pacote aprovado é composto majoritariamente por alívio na dívida dos governos locais e, portanto, sem impacto nas despesas da União.

Os projetos que chamam atenção dos técnicos do Tesouro, por outro lado, constituem risco de aumento de gastos para o governo federal e estão na lista das propostas que o Ministério da Economia está de olho para evitar que sejam votadas e aprovadas.

“Os impactos estimados de propostas legislativas que alteram o relacionamento interfederativo, para um período de dez anos, são de aproximadamente R\$ 589,7 bilhões. Tratam-se de propostas que beneficiam os entes subnacionais ao mesmo tempo que oneram a União. São importantes fontes de incertezas para a União”, diz o relatório do Tesouro, que faz um levantamento dos riscos que podem atingir os cofres do governo federal num momento de forte restrição fiscal.

MAIS TRANSFERÊNCIAS

O relatório cita uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê uma transferência adicional de 1% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a ocorrer no mês de setembro (além das duas que já são feitas em julho e dezembro). Esse percentual seria aplicado sobre a mesma base que hoje compõe o FPM: a arrecadação dos impostos federais sobre a renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI). A medida teria um peso de R\$ 35,2 bilhões em uma década.

O texto começou a tramitar no Senado, onde já foi aprovado em dois turnos de votação. Na Câmara, a PEC já foi aprovada em primeiro turno, faltando apenas uma votação em segundo turno. Para aprovar uma PEC, é necessário o apoio de ao menos 308 deputados.

Na semana passada, deputados pediram ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para pautar a proposta. O calendário apertado, por outro lado, não permitiu a votação.

— A PEC já foi aprovada no primeiro turno aqui. E eu fiz um apelo ao presidente da Casa de que votemos a matéria em segundo turno. Essa PEC é muito importante para a revisão do pacto federativo — disse o deputado Júlio César (PSD-PI), um dos principais defensores da medida.



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24806075-ea1-782/FT1086A/652/xsn.jpg.pagespeed.ic.CMZMmaxUJM.jpg>

Plenário do Senado Foto: Marcos Oliveira / Agência O Globo

Também relacionado a transferências, outra proposta de emenda à Constituição, se aprovada, aumentaria os gastos do governo federal em R\$ 165,7 bilhões nos próximos dez anos. A PEC aumenta a alíquota do Fundo de Participação dos Estados (FPE) de 21,5% para

26% da arrecadação dos impostos federais sobre a renda e sobre o IPI.

A proposta tem a autoria de 30 senadores, entre eles parlamentares da base aliada ao governo, e é por isso que ela preocupa a equipe econômica. No projeto, os senadores afirmam ser necessário “reequilibrar” as relações entre os entes da Federação, e reclamam de uma prática recorrente da União: ampliar a arrecadação por meio da criação de tributos não compartilhados com estados e municípios, sobretudo contribuições.

Em 2021: Congresso aprova lei que define diretrizes do Orçamento e afasta risco de apagão nas despesas

Os fundos de participação são recursos repassados pela União a estados e municípios, formados por parcelas das receitas arrecadadas pelo governo federal. Em muitas cidades, o fundo de participação é a principal fonte de receita e, por isso, deputados e senadores tentam com frequência ampliar esse repasse.

Redução de juros

O relatório do Tesouro Nacional destaca ainda um projeto que prevê reduzir novamente os juros cobrados pela União nas operações em que o governo federal refinanciou as dívidas de estados e municípios. Os juros seriam limitados à correção pela inflação, e a alteração do indexador seria retroativa às assinaturas dos contratos originais. Essa proposta teria o maior impacto, de R\$ 388,8 bilhões.

Para o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, os aumentos nos percentuais que compõem os fundos de estados e municípios não foram capazes de reduzir as diferenças inter-regionais, porque diversas cidades não têm estrutura administrativa para transformar os recursos em projetos:

— Transferir recursos para governos locais não é a solução para as desigualdades de estados e municípios. A gente precisa ter planejamento de longo prazo, não é apenas distribuir recursos, até porque a capacidade da União de distribuir recursos é nula. Transferir dinheiro para localidades que não têm infraestrutura e burocracia qualificada faz com que esses recursos acabem em aumento de salário dos funcionários públicos.

Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da RPS Capital, considera essa agenda do Congresso equivocada. Ele cita o acordo com o Supremo que fará o governo transferir mais de R\$ 60 bilhões a estados e municípios até 2037 por conta da Lei Kandir — que busca compensar os governos locais pela desoneração das exportações:

— Não é verdade que o governo federal transfere poucos recursos para estados e municípios. Olhando para frente, ele está ampliando as transferências. O governo federal já propôs e foram

aprovadas diversas medidas que ampliam benefícios para estados e municípios. A União tem estendido a mão para o federalismo fiscal brasileiro.

Propostas de alívio aos governos locais

Socorro de R\$ 217 bilhões já aprovado

Na semana passada, o Congresso aprovou um pacote de socorro de R\$ 217 bilhões, de 2021 a 2029, para estados e municípios. O projeto reformou o Regime de Recuperação Fiscal, dando um prazo de dez anos para o programa. Segundo o relator da proposta, deputado Mauro Benevides (PDT-CE), o Tesouro Nacional defendia um prazo um ano maior. O parlamentar afirma que o período de dez anos permite uma economia de R\$ 35 bilhões em relação à proposta do governo, no caso do RRF. O projeto permite que governos locais em crise tomem empréstimos com garantias da União, o que hoje não é possível, em troca de ajustes nas contas, e também renegocia as regras para estados que descumpriram o teto de gastos.

Aumento no Fundo de Participação dos Municípios

Texto mais avançado, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) paga um extra de 1% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Deputados ligados a prefeitos pressionam para que a Câmara pautar a medida, que já foi aprovada em primeiro turno na Casa e em dois turnos no Senado. Impacto estimado pelo Tesouro Nacional é de R\$ 35,2 bilhões em dez anos.

Mais repasses ao Fundo de Participação dos Estados

Também na linha de aumentar repasses, outra proposta sobe a alíquota do Fundo de Participação dos Estados (FPE) de 21,5% para 26% da arrecadação dos impostos federais sobre a renda e sobre o IPI. A proposta nasceu no Senado com a assinatura de 30 parlamentares. A Casa é considerada mais próxima dos desejos dos governadores. A previsão é de custo de R\$ R\$ 165,7 bilhões em uma década.

Nova base de cálculo na negociação de dívidas

Outra proposta que nasceu no Senado trata da dívida dos estados. Com frequência, governadores de estados em crise financeira tentam emplacar proposta que reduz os juros cobrados pelo governo federal em operações de refinanciamento da dívida. O texto prevê que os juros sejam limitados à correção pela inflação, de forma retroativa. O impacto previsto é de R\$ 388,8 bilhões em dez anos.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 22/12/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

MINISTÉRIO E ANEEL DESMENTEM GOVERNO DO PARÁ SOBRE ESTUDOS PARA ERGUER USINAS EM RIO DA AMAZÔNIA

Governador Helder Barbalho procurou se esquivar de sua responsabilidade sobre os projetos, alegando que se trataria de empreendimentos do governo federal
Por André Borges, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Depois de recuar de seu plano de erguer oito usinas hidrelétricas no Rio São Benedito, um dos mais preservados da região sul do Pará, o governo paraense de Helder Barbalho procurou se esquivar de sua responsabilidade sobre os projetos, alegando que se trataria de empreendimentos do governo federal. A informação foi negada tanto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) quanto pelo Ministério de Minas e Energia (MME).



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/1/2/1608655491421.jpg>

Helder Barbalho, governador do Pará Foto: Jader Paes/Agência Pará

Por meio de nota enviada à reportagem, Barbalho e a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas) afirmaram que não têm “intenção de construir hidrelétricas no Rio São Benedito” e jogaram essa atribuição à Aneel e ao ministério, referindo-se ao levantamento de dados sobre a capacidade de geração hídrica do rio, o chamado inventário.

“O inventário com oito hidrelétricas, que seria realizado por iniciativa do Governo Federal, por meio da Aneel, seria submetido à análise da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas). É disso que se trata o acordo de cooperação técnica”, declarou o governo paraense.

Ao ser questionada se realizava algum estudo de inventário, como afirmou o governo paraense, a agência negou. “A Aneel não realiza estudos de inventário”, declarou. A respeito de qualquer projeto futuro do governo federal, a Aneel esclareceu ainda que este papel cabe à Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão sem nenhuma relação com a agência reguladora. A reportagem, então, perguntou ao MME se a pasta está realizando algum tipo de estudo de inventário ou qualquer outro que trata de construção de hidrelétricas ao longo do Rio São Benedito; e a resposta também foi negativa.

A pasta deixou claro que os projetos de usinas no Rio São Benedito não fazem parte do planejamento federal. “Somente após a conclusão dos estudos de inventário hidrelétrico e dos estudos de viabilidade técnica e ambiental é que os projetos de usinas hidrelétricas são considerados no planejamento setorial. Sendo assim, nenhum empreendimento no Rio São Benedito está sendo considerado nos estudos de planejamento do MME”, afirmou.

Na semana passada, o governo Helder Barbalho foi insistentemente procurado pelo Estadão por dois dias, mas se negou a falar sobre o assunto. No domingo, horas após a publicação da reportagem, recorreu ao Twitter para afirmar que “não há qualquer possibilidade do Governo do Pará estar estudando construir hidrelétricas no Rio São Benedito, em Jacareacanga, como informou o Estadão. Não temos compromisso e nem aceitamos projetos desse tipo.”

Antes da publicação, Barbalho enviou essa mesma mensagem à reportagem, por meio de sua assessoria. Foi informado de que não havia nada de errado com as informações publicadas e questionado se havia desistido das usinas. Não houve resposta. Em seguida, o governador publicou sua mensagem no Twitter.

Como mostrou o Estadão, a própria Aneel fez uma nota pública sobre o encontro realizado com o governador, no qual as usinas sobre o Rio São Benedito foram tema da conversa, para elaboração de estudos. “A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Governo do Estado do Pará assinaram, na tarde desta terça-feira (8/9), convênio de cooperação para descentralização de atividades à Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará (ARCON). Na ocasião, também foi assinado o Termo de Cooperação para Elaboração de Inventário do Rio São Benedito, afluente do Rio Teles Pires”, publicou a agência.

Depois de negar a existência dos estudos com os quais vinha cooperando, o governo do Pará declarou que “pretende criar uma Unidade de Conservação” na região, a qual já é cercada por terra indígena e área da Aeronáutica. Por causa disso, afirmou o secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, Mauro O' de Almeida, “qualquer projeto, na área em questão, se tornará inviável, pois trata-se de área com aproximadamente 360.000 hectares, no extremo sul dos municípios de Jacareacanga e Novo Progresso, que apresenta vocação natural e condições socioeconômicas para ser Unidade de Conservação da Natureza”.

O governo paraense não explica por que deu início a estudos de inventário energético do rio, sabendo que a inviabilidade desses projetos, de antemão, já era conhecida.

O São Benedito é um dos afluentes do Teles Pires, rio que possui diversas usinas. O Teles Pires avança pelo Pará até se encontrar com o Juruena e, a partir dali, formar o Tapajós. Ambientalistas que estudam a região são radicalmente contra a construção das usinas nas águas do São Benedito, que acabariam com um rio onde o ecoturismo está consolidado há décadas, atraindo brasileiros e estrangeiros atrás de suas belezas naturais, pesca e aves raras

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 22/12/2020

CÂMARA APROVA PROJETO QUE CRIA FUNDOS DE INVESTIMENTO PARA O SETOR AGROPECUÁRIO

Pela proposta, é possível que um investidor aplique em negócios e papéis atrelados ao setor agropecuário mesmo sem ser produtor rural; texto precisa passar pelo Senado

Por Marlla Sabino, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira, 22, projeto de lei que cria os fundos de investimentos para o setor agropecuário, batizados de Fiagro. O modelo é inspirado nos Fundos de Investimentos Imobiliários, que atende o setor urbano. Pela proposta, é possível que um investidor aplique em negócios e papéis atrelados ao setor agropecuário mesmo sem ser produtor rural. O texto agora precisa passar pelo Senado.

De acordo com o autor do projeto de lei, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), a criação do fundo trará atração de investimentos para o agronegócio. O texto também é uma alternativa para investidores internacionais, que hoje têm um impedimento legal para adquirir terras no Brasil.

Os recursos captados serão aplicados em imóveis rurais; participações em sociedade que explorem atividades integrantes da cadeia produtiva agroindustrial; ativos financeiros, títulos de crédito ou valores mobiliários emitidos por pessoas físicas ou jurídicas; diretores creditórios do agronegócio, entre outros.

Agronegócio

Representantes do agronegócio ressaltaram que o setor do País precisa reverter a imagem negativa de desmatamento e baixa proteção ambiental. Foto: Eduardo Monteiro/Divulgação

Segundo a proposta, os fundos serão constituídos sob a forma de condomínio aberto ou fechado. Determina ainda que os rendimentos e ganhos auferidos serão isentos de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda sobre proventos de qualquer natureza.

Pelo texto aprovado, ficarão isentos de imposto de renda os rendimentos dos fundos que tenham, no mínimo, 50 cotistas e cujas cotas sejam negociadas exclusivamente na bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado.

A isenção não será concedida à pessoa física que tenha participação de 10% ou mais da totalidade das cotas emitidas pelos fundos ou cujas cotas dão direito ao recebimento de rendimento superior a 10% do total de rendimentos do fundo.

A matéria teve resistência na Casa. A líder do Psol na Casa, Sâmia Bomfim (SP), defendeu que o PL fosse mais debatido e argumentou que a proposta não beneficiaria os pequenos produtores. "Também abre ainda mais espaço para a concentração de terras no Brasil, inclusive de investidores e compradores estrangeiros, o que é contrário ao modelo de sociedade que todos nós defendemos", criticou.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 22/12/2020

VALOR ECONÔMICO (SP)

GREVE NA ARGENTINA JÁ PROVOCA FILA DE MAIS DE 100 NAVIOS NOS PORTOS

Movimento por aumentos de salários já dura duas semanas e afeta as exportações do país

Por Fernanda Pressinott — De São Paulo

Mais de 100 navios estão enfrentando atrasos para carregar produtos agrícolas para exportação na Argentina nesta segunda-feira, segundo a agência Reuters. O motivo é a greve de inspetores de grãos e trabalhadores do segmento de oleaginosas, que já dura duas semanas.

A Argentina lidera os embarques globais de farelo de soja e é um dos principais países exportadores de soja em grão, óleo de soja e trigo, além de carne bovina.

As negociações entre trabalhadores e empresas exportadoras sobre questões salariais foram interrompidas, com os dois lados acusando o outro de intransigência.

“A greve continua sem qualquer expectativa de que as negociações sejam reiniciadas no curto prazo. Temos mais de 100 navios esperando para serem carregados”, disse à Reuters Gustavo Idigoras, chefe da câmara de empresas exportadoras, a Ciara-CEC, que representa as principais tradings que atuam no país.

A greve começou em 9 de dezembro com um chamado da federação argentina dos trabalhadores da indústria de oleaginosas e participação do sindicato Urgara, que representa inspetores de grãos e do SOEA, dos trabalhadores em esmagadores de soja.

“Há uma grande participação de nossos membros na greve, e cada vez que as empresas se manifestam, isso gera mais raiva e muito mais apoio da população”, disse o porta-voz da Urgara, Juan Carlos Peralta, também segundo a Reuters.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 22/12/2020

LOGÍSTICA TRAZ NOVAS OPORTUNIDADES

Demanda de soluções será maior na indústria de software

Por Genilson Cezar — Para o Valor, de São Paulo

A adoção cada vez maior de soluções de internet das coisas (IoT) no setor de logística abre novas oportunidades de negócios para a indústria de software no país, especialmente para gerenciamento de estoque, transporte de mercadorias e análise dos dados de toda a cadeia suprimentos.

É um mercado em plena expansão, diz Waldir Bertolino, country manager da Infor, provedora de aplicações de negócios para a nuvem. As aplicações de IoT da empresa envolvem o uso de sensores em armazéns, conectados à plataforma de WMS (warehouse management), além de sensores de movimento, temperatura e umidade nos armazéns. Segundo Bertolino, os problemas mais comuns do setor logístico estão relacionados à frota de transporte de mercadorias. “É crescente o uso de IoT para saber a posição exata dos veículos e identificar se estão operando, parados ou fazendo rotas planejadas. Também é possível mapear níveis de fluido e combustível, além de colaborar com a pauta ambiental no controle da emissão de CO2 ”.

Apesar da pandemia, o cenário é propício à utilização crescente de soluções de IoT, diz Renato Pasquini, diretor geral da Frost & Sullivan no Brasil. Pelos estudos da empresa, a soma das aplicações de rastreamento de ativos móveis e gestão de frotas alcançam 3,3 bilhões de dispositivos

no mundo em 2020, ou 12,4% do total do mercado e deverão evoluir para 7,5 bilhões em 2024. O interesse é mais que óbvio, segundo ele. “As principais vantagens são facilitar inovação, gerar redução de custos e produzir mais receitas”, afirma.

Para Marcelo Berardino, diretor de energia e indústria da Minsait, unidade de negócios da Indra, empresa global de tecnologia e consultoria, com o avanço do trabalho remoto por meios digitais, empresas e clientes incluirão mais tecnologias de interação usando todos os tipos de dispositivos móveis. A empresa criou a solução “Onesait Platform”, plataforma “open source” para o desenvolvimento ágil e implantação de soluções integradas de software, dados, inteligência artificial e hardware. “Estudos mostram que a melhora de desempenho após o investimento em tecnologias digitais varia entre 30% e 40% no primeiro ano”, afirma.

As soluções de IoT alcançam também as pequenas operações de entrega de mercadorias. Desde janeiro está em desenvolvimento a Box Delivery, plataforma que reúne empresas, clientes e colaboradores possibilitando entregas no modelo de economia colaborativa. Com foco na humanização dos processos de entrega, segundo Paulo Norato, diretor da empresa, a Box Delivery é o elo entre marcas e mais de 30 mil entregadores cadastrados em todo o país.

Segundo especialistas, entre os desafios para o avanço da tecnologia na cadeia logística está o custo do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) sobre conexões móveis, cobrado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Há também dificuldade de incorporar a “cultura digital” e a necessidade de uma complexa e eficiente estrutura de telecomunicações em alguns setores, diz Berardino, diretor da Minsait.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 22/12/2020

GNA OBTÉM LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA TERMELÉTRICA A GÁS NO PORTO DO AÇU

Primeira usina termelétrica a gás da GNA deve iniciar a operação comercial no primeiro semestre de 2021 no Porto do Açu, em São João da Barra (RJ)

Por André Ramalho, Valor — Rio 2

A Gás Natural Açu (GNA) — parceria entre a Prumo Logística, BP e Siemens — obteve licença de operação do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), do Rio de Janeiro, para a sua primeira termelétrica a gás, a GNA I (1,338 gigawatts), no Porto do Açu, em São João da Barra (RJ). A usina está prevista para operar comercialmente no primeiro semestre de 2021.

A GNA I é parte do parque termelétrico em construção pela companhia no Porto do Açu. O projeto, de cerca de R\$ 10 bilhões, inclui ainda a instalação de uma segunda usina (GNA II, de 1,6 GW) e de um terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) de 21 milhões de metros cúbicos/dia.



[https://s2.glbimg.com/qTyKE1bcXxhnorguCQzMn5cjJmE=/0x0:1135x585/1000x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/IL/KW/ut1Taa2qfpeU1H13w/ute-gna-i.png](https://s2.glbimg.com/qTyKE1bcXxhnorguCQzMn5cjJmE=/0x0:1135x585/1000x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/IL/KW/ut1Taa2qfpeU1H13w/ute-gna-i.png)

Visão geral da Usina Termelétrica GNA I, no Porto do Açu (RJ). — Foto: Divulgação GNA

A previsão é que as obras da GNA II comecem em 2021 e empreguem mais de 5 mil pessoas. A GNA possui, ainda, licença ambiental para mais que dobrar

a capacidade instalada do parque termelétrico, para 6,4 gigawatts.

A licença de operação da GNA I prevê que 100% da operação da usina seja feita a partir da dessalinização de água do mar. Além disso, estão em execução programas de monitoramento com o objetivo de acompanhar as condições ambientais, como emissões atmosféricas e a qualidade do ar e da fauna. Em relação à vegetação, já foi recuperada, como forma de compensação, uma área de 4,47 hectares de restinga.

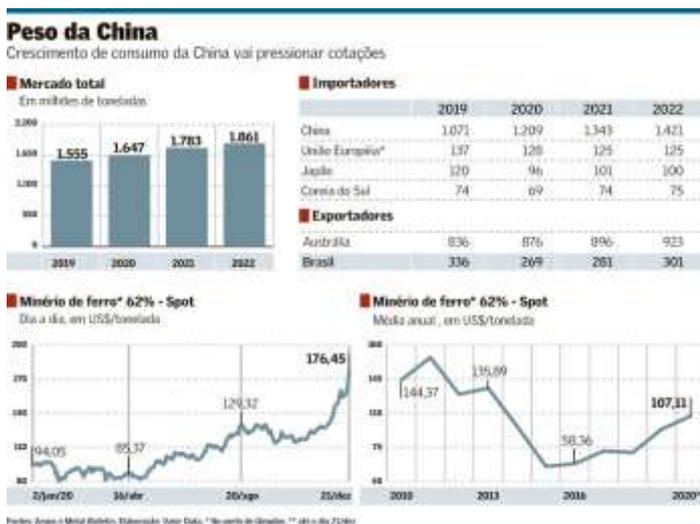
Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 22/12/2020

MINÉRIO ATINGE MAIOR PREÇO DESDE 2011 EM MEIO ÀS INCERTEZAS NO BRASIL

Cotação atinge US\$ 176,45 na China depois de acidente com morte na Vale, em MG

Por Francisco Góes e Stella Fontes — Do Rio e de São Paulo



[https://s2.glbimg.com/LAKkb2VjarFDGgNXcPj_dYrU-4WM=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/3/9/woLKUtSTObPmqMu0U30w/arte22emp-101-minerio-b4.jpg](https://s2.glbimg.com/LAKkb2VjarFDGgNXcPj_dYrU-4WM=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/3/9/woLKUtSTObPmqMu0U30w/arte22emp-101-minerio-b4.jpg)

Os preços do minério de ferro alcançaram ontem o nível mais alto desde setembro de 2011 no mercado à vista da China, situando-se a US\$ 176,45 no porto de Qingdao. A alta no dia foi de 7,3% e no mês a valorização chega a 34%. Executivos da indústria de mineração, analistas de bancos e de consultorias buscam entender as razões que

estão impulsionando as cotações da commodity. Há um misto de fatores. O mais importante deles é a retomada da economia chinesa, depois da eclosão da pandemia, no começo do ano. Mas há também elementos de especulação e a percepção, por uma parte do mercado, sobre eventuais riscos de oferta pelo Brasil. Esses riscos são representados por restrições à produção da Vale, um dos principais produtores mundiais de minério de ferro.

Esse sentimento foi aguçado depois de um acidente, na sexta-feira, ter causado a morte de um trabalhador terceirizado da Vale na mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), onde ocorreu a tragédia, em 25 de janeiro de 2019, que matou 270 pessoas. O episódio fez com que a prefeitura suspendesse temporariamente os alvarás de funcionamento da Vale no município. Em comentário aos clientes, os analistas Leonardo Correa e Caio Griner, do BTG Pactual, disseram que quanto mais a Vale sofre, em termos de desafios de abastecimento, mais o minério sobe. “Parece haver uma segunda chamada no mercado de que os desafios de fornecimento da Vale não acabaram, especialmente após o incidente de sexta-feira”, escreveram os analistas.

Em nota, no sábado, a mineradora disse que as atividades de manutenção no local serão suspensas para novos estudos e avaliações das condições de segurança. A companhia reiterou seu compromisso com a segurança de todos os empregados e das comunidades. Embora tenha conseguido avanços desde janeiro de 2019, a Vale ainda tem um caminho pela frente para aprimorar a segurança. O acidente em Brumadinho não mexe nas expectativas de produção até porque não se produz minério de ferro no local no momento.

A previsão da Vale, anunciada no começo do mês, é produzir entre 300 milhões e 305 milhões de toneladas de minério de ferro neste ano e entre 315 milhões e 335 milhões de toneladas no ano que vem. São mais cerca de 30 milhões de toneladas, embora a empresa ainda esteja distante da meta de 400 milhões de toneladas, prevista somente para o fim de 2022. Mas o fato é que a Vale planeja vender mais para a China este ano do que vendeu em 2019. No ano passado, a China representou,

em volume, cerca de 60% das vendas de minério de ferro e pelotas da companhia, número que deve ficar em 70% este ano. Essa alta é motivada pela demanda do mercado chinês, dizem especialistas.

A China vem aumentando a produção de aço para atender a demanda dos segmentos de construção civil e de infraestrutura. “A economia chinesa voltou em V, em patamares de recorde histórico”, disse um executivo. Ele afirmou que a produção das siderúrgicas chinesas este ano deve ficar acima de 1 bilhão de toneladas de aço, com alta de algo como 5% sobre 2019. De janeiro a outubro, segundo Daniel Sasson, do Itaú BBA, as usinas de aço da China registraram crescimento de produção acima de 5% e, no começo de dezembro, o ritmo continuou a acelerar.

Essa situação levou a uma redução dos estoques de aço e também de minério de ferro - uma das matérias-primas da indústria siderúrgica. Nesta época do ano, acrescentou o executivo, as siderúrgicas chinesas antecipam compras para o inverno e esse movimento levou a uma corrida por estocagem.

Para Eduardo Tinti, analista de mineração e siderurgia da consultoria britânica CRU, os preços elevados atuais têm suporte em fundamentos de oferta e demanda, apesar de haver algo de especulação e uma espécie de “pânico de mercado” que explica parte do “rally” de preços de ontem.

Tinti disse que o mercado global está bastante positivo para produtos da cadeia produtiva do aço. Apesar dos preços altos de matérias-primas, as siderúrgicas estão operando com boas margens e, portanto, vêm buscando maximizar sua produção, afirmou. Segundo ele, além da demanda chinesa estar aquecida, outros mercados também começam a se recuperar. “Pelo lado da oferta, os problemas recentes nos portos australianos reduziram o volume de minério chegando à China, o que vem pressionando o mercado que já está operando com níveis bastante reduzidos de estoque. As siderúrgicas estão preocupadas com a disponibilidade de minério, por isso qualquer ruído tem o potencial de gerar aumento repentino de preços, como foi o caso do anúncio do acidente do dia 18 que levou à morte um operário [terceirizado] da Vale em Brumadinho, por mais que não haja impacto direto na produção. Além dos problemas recentes na Austrália, as exportações brasileiras também vêm em baixa desde novembro”, disse Tinti.

Ontem, segundo informação de agências internacionais, o governo australiano elevou em 4,5% a previsão para a demanda chinesa de minério em 2020, para 1,21 bilhão de toneladas, ao mesmo tempo em que reduziu em 25% a expectativa de exportações a partir do Brasil, para 269 milhões de toneladas diante dos problemas enfrentados pela Vale. As mineradoras australianas competem diretamente com a Vale no mercado mundial.

A Austrália projeta ainda que suas receitas de exportação de minério de ferro devem bater recordes nos anos de 2020 e 2021, sustentadas pelos maiores preços dos últimos nove anos da matéria-prima. A Austrália cita uma forte demanda vinda da China e uma recuperação nos pedidos do mercado americano, japonês, sul-coreano e europeu, em um momento de dificuldades de oferta no Brasil.

Tinti, da CRU, disse que a redução de exportações australianas teve curta duração e os volumes embarcados voltaram ao normal. Isso irá contribuir para uma maior oferta de minério no mercado chinês no fim do ano e início de janeiro. Por outro lado, a busca de maximizar volumes por parte dos grandes produtores de minério antes do fechamento do ano fiscal também deverá colaborar para o aumento de embarques nos próximos dias, disse o especialista. A CRU acredita que os preços permanecerão elevados no primeiro trimestre de 2021, que é caracterizado por baixa sazonal de oferta tanto da Austrália quanto no Brasil. “O La Niña oficialmente declarado há alguns meses e os problemas climáticos observados na costa australiana em uma época do ano em que ainda não eram esperados apontam para um trimestre que pode ser particularmente difícil para os produtores australianos”, disse o analista. A CRU projeta um mercado apertado entre oferta e demanda no ano que vem, o que deve manter os preços elevados, embora abaixo dos patamares atuais. (Com Dow Jones)

PETROBRAS CONFIRMA PRESENÇA DE ÓLEO DE ÓTIMA QUALIDADE EM POÇO NO CAMPO DE BÚZIOS

Empresa é operadora do campo, com 90% de participação no consórcio que administra o bloco
Por Allan Ravagnani, Valor — São Paulo

A Petrobras confirmou a presença de óleo de ótima qualidade no poço 9-BUZ-48D-RJS, que está situado no extremo noroeste do campo de Búzios, na Bacia de Santos, a 188 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, perfurado a 1.850 metros de profundidade.

Segundo comunicado da empresa, os testes realizados a partir de 5.540 metros de profundidade confirmaram a presença do óleo de ótima qualidade, reforçando o potencial do pré-sal no campo de Búzios, o qual a Petrobras é operadora, com 90% de participação no consórcio que administra o bloco. CNOOC tem 5% e CNODC outros 5%.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 22/12/2020

FOLHA DE S.PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

APESAR DE PANDEMIA, AGRONEGÓCIO TERMINA ANO COM RECORDES

PIB aumenta 8,5% até agosto, e metade dos dólares gerados com exportações vem do setor



https://f.i.uol.com.br/fotografia/2020/08/27/15985542705f48009e899c9_1598554270_3x2_md.jpg

Caminhoneiro protege as laranjas que serão levadas para a produção de suco, no pátio da empresa AlfaCitrus; laranja teve demanda maior na pandemia por quem busca aumentar imunidade contra o coronavírus

A pandemia trouxe preocupação ao setor do agronegócio no início, principalmente com relação à logística interna e externa da distribuição de alimentos.

O que se vê, porém, é um fechamento de ano com números recordes e bem acima dos esperados. Internamente, foi um período de maior consumo de alimentos em casa. Externamente, a demanda continuou firme, principalmente a vinda do mercado chinês.

O resultado foi um PIB do agronegócio com crescimento recorde de 8,5% no período de janeiro a agosto, conforme dados do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

O produtor foi beneficiado por preços internos até então não vistos no mercado brasileiro, tanto no setor de grãos como no da pecuária. A aceleração da alta do dólar trouxe para dentro do país um preço bem mais apetitoso, em reais, para os produtores.

Com isso, o VBP (Valor Básico do Produto) vai atingir o recorde de R\$ 886 bilhões neste ano e deverá superar R\$ 1 trilhão no próximo. Esse é o montante de dinheiro que circula dentro das porteiras. Ele é resultado da soma do volume produzido e dos preços praticados nas negociações.

Os dados da balança comercial mostram o quanto o setor agropecuário foi importante para as contas do país neste ano. De janeiro a novembro do ano passado, antes da pandemia, as exportações do agronegócio representavam 43% do total das vendas externas do país. Neste ano, essa participação subiu para 49%.

As exportações do agronegócio somaram US\$ 94 bilhões no período, com alta de 5%. O saldo líquido da balança do setor foi de US\$ 82 bilhões até novembro, ajudado pela redução de 7% nas importações. Já as exportações fora do agronegócio recuaram 15% no período, segundo a Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

Dois produtos se destacam no mercado externo, trazendo bons resultados para a renda dos produtores internamente: soja e açúcar. A oleaginosa se mantém como destaque na economia brasileira. O Brasil já exportou 83 milhões de toneladas de grãos até novembro. Com isso, o complexo todo (grãos, farelo e óleo) rendeu US\$ 35 bilhões, 13% mais do que no ano passado.

A demanda externa pelo produto, principalmente a vinda da China, fez com que os preços internos da saca se aproximassem dos R\$ 170. Atualmente em R\$ 151, supera em 72% os valores do final de 2019.

Preço e safra recordes geraram um valor bruto de produção de R\$ 238 bilhões neste ano para a soja, 27% mais do que no anterior. Para 2021, quando a safra estimada é de 134 milhões de toneladas, o VBP da soja deverá atingir US\$ 330 bilhões.

O açúcar, com o aumento das demandas interna e externa, está sendo negociado a R\$ 107 por saca nas usinas paulistas. Esse valor supera em 47% o de dezembro de 2019.

As exportações, que já atingiram 28 milhões de toneladas no ano, superaram em 70% as de 2019. Receitas, segundo a Secex, atingiram US\$ 8 bilhões.

As carnes, devido às demandas externa e interna, geraram bons preços no campo. O valor da arroba do boi, que chegou próximo de R\$ 300, está em R\$ 255, alta de 23% no ano.

O saldo para o setor é bastante positivo. O auxílio emergencial manteve a demanda interna para as carnes de menor valor, e a China garantiu um bom volume nas exportações. O setor deverá trazer para dentro do país pelo menos US\$ 17 bilhões neste ano.

Os bons preços externos fizeram de 2019, no entanto, um ano atípico. Com vendas aceleradas no primeiro semestre, o Brasil teve de elevar as importações nos últimos meses.

As compras de soja já somam 847 mil toneladas, de janeiro a dezembro, o maior volume para o período desde 2003.

O mesmo ocorreu com o arroz. O câmbio tornou o cereal brasileiro bastante competitivo nas exportações, mas o setor chega ao final do ano com uma aceleração nas compras externas.

No mês passado, as importações de arroz somaram 188 mil toneladas, 183% mais do que em novembro de 2019.

Em 2021, os preços não deverão ser tão favoráveis como os de 2020, mas, mesmo assim, o produtor manterá renda.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data : 22/12/2020



AGÊNCIA BRASIL - DF

PORTO DO AÇU OBTÉM LICENÇA PARA OPERAR USINA TERMELÉTRICA MOVIDA A GÁS

Autoridades do setor receberam documento nesta terça-feira
Por Douglas Corrêa - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro



https://imagens.ebc.com.br/79JKB-5yLdM_TfCpi1trxV0dGjk=/1170x700/smart/https://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/default/files/thumbnails/image/porto-do-acu_credito_divulgacao-porto-do-acu-scaled.jpg?itok=A8sEq6v2

O Porto do Açu, no norte fluminense, recebeu hoje (22), do governo do estado do Rio, licença para operar a primeira termelétrica operada pela Gás Natural Açu (GNA), que tem como acionistas as empresas Prumo Logística, a petroleira BP e a alemã Siemens. A usina, prevista para operar comercialmente no primeiro semestre de 2021, tem capacidade instalada de 1.338 MW, o equivalente ao suprimento de mais de 6 milhões de residências.

O documento foi entregue em cerimônia no Palácio Guanabara, na presença do governador em exercício, Cláudio Castro, e dos secretários da Casa Civil, Nicola Miccione, e do Ambiente e Sustentabilidade, Thiago Pampolha, além de representantes do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e da GNA.

Na ocasião, o governador disse que pediu agilidade nos processos de licenciamento, por causa do impacto na qualidade de vida das pessoas, e ressaltou que isso foi feito com respeito a todas as regras e decisões técnicas. “Apenas a construção da termelétrica gerou mais de 11 mil empregos, além de abrir as portas para que outros grupos entendam que o Rio vai voltar a ser um local bom para investir”, afirmou.

A unidade é parte do maior parque termelétrico da América Latina. O projeto inclui a implantação de duas usinas térmicas movidas a gás natural (GNA I e GNA II) que, em conjunto, alcançarão 3 GW de capacidade instalada. Juntas, as duas térmicas vão gerar energia suficiente para atender cerca de 14 milhões de residências. O projeto compreende ainda um terminal de regaseificação de GNL (gás natural liquefeito), de 21 milhões de metros cúbicos por dia. O investimento total é de cerca de R\$ 10 bilhões.

Fonte: Agência Brasil - DF
Data : 22/12/2020



DIÁRIO DO TRANSPORTE

ENTIDADES REPRESENTATIVAS PEDEM A PREFEITOS E GOVERNADORES QUE SE UNAM EM DEFESA DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

ANTP, NTU, Fabus, Anfavea, ANPTrilhos, Instituto de Engenharia, Fórum de Secretários de Transportes e MDT assinam carta que pede ação por envolvimento do governo federal na solução da crise do setor

ALEXANDRE PELEGI

Em carta dirigida aos governadores e futuros prefeitos expedida nesta terça-feira, 22 de dezembro de 2020, várias entidades do setor de transportes pedem ações imediatas em defesa do transporte público coletivo.

Assinam a carta as seguintes entidades: Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP); Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANTPTrilhos); Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU); Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus (FABUS); Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA); Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Mobilidade Urbana; Instituto de Engenharia de São Paulo; e Instituto Movimento pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade (IMDT)

Destacando a grave crise no setor, as entidades lembram a prefeitos e governadores da importância do transporte para a vida das cidades brasileiras, e os incita de forma conjunta a lutar para viabilizarem recursos para manter a atividade em funcionamento. Para tanto, sugerem que discutam a participação do Governo Federal e do Congresso Nacional na solução do problema.

Lembrando que é importante ao Prefeito garantir o reequilíbrio dos contratos durante a pandemia, como também estabelecer uma nova forma de cobertura dos custos, o documento reconhece, no entanto, que essa obrigação não é só sua, “mas também dos demais entes da federação, sobretudo do Governo Federal”.

De maneira geral, a Carta das entidades relata o cenário atual de grave crise no setor, e que pode colocar em risco uma atividade que vem sendo construída há anos. Isso prejudicaria seriamente o setor produtivo de muitas cidades brasileiras, além de aumentar o clima de insegurança.

No documento, as entidades reafirmam que um serviço essencial como o transporte público, do qual dependem as cidades, não pode sobreviver apenas das receitas das tarifas pagas pelos que o utilizam, justamente as pessoas mais pobres.

VETO PRESIDENCIAL SURPREENDEU

Como mostrou mais cedo o Diário do Transporte, empresas de ônibus e operadoras de trens e metrô de todo o país acumulam desde março de 2020, quando teve início as medidas decorrentes da pandemia Covid-19, prejuízos que orçam R\$ 16,3 bilhões. Desse total, R\$ 7,5 bilhões referem-se à arrecadação de receita do setor de trilhos e R\$ 8,8 bilhões dos ônibus.

Mesmo com valores gigantescos, e após negociações intensas com técnicos do Ministério da Economia, algumas entidades representativas do setor de transportes finalmente conseguiram há alguns meses chegar a um consenso quanto a um auxílio emergencial, que redundou num valor de R\$ 4 bilhões, o que foi na sequência espelhado no PL 3364, redigido pelo deputado Fabio Schiochet.

Ficou claro na época para os técnicos governamentais que as empresas de ônibus e trilhos, para poder cumprir seu papel social, estavam rodando com uma demanda superior à oferta, o que aumentou o rombo de caixa. Algumas cidades conseguiram amenizar a situação às custas de subsídios, outras, por falta de recursos, não conseguiram.

O valor de R\$ 4 bilhões, no entanto, foi o valor possível naquele momento, tanto para o orçamento governamental, diziam os técnicos do Ministério, como para a aceitação política do Congresso, que participou da etapa final da negociação do PL. Várias contra exigências foram feitas para a liberação dos recursos, todas elas incorporadas ao Projeto de Lei.

Após ter sido votado e aprovado na Câmara e no Senado, causou estranheza e revolta o veto do presidente Jair Bolsonaro ao PL 3364, ação negativa que jogou por terra as esperanças de o setor entrar em 2021 com um pouco de fôlego.

Entidades que há décadas lutam em defesa do transporte público coletivo, e que participaram das articulações com técnicos do governo para alinhar o auxílio emergencial, não entenderam até agora o que houve.

Diante da falta de respostas, e principalmente da falta de medidas concretas, elas se uniram para exigir mudanças. Mas sabem que estas só serão possíveis se houver a participação proativa e propositiva dos maiores interessados, prefeitos recém (re)eleitos e governadores.

As cartas têm esse sentido. Veja abaixo na íntegra:

Carta Aberta aos Prefeitos – por um transporte eficiente e de qualidade_A
Publicado em: 22 de dezembro de 2020

https://i2.wp.com/diariodotransporte.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Carta-Aberta-aos-Prefeitos-por-um-transporte-eficiente-e-de-qualidade_A.jpg?resize=197%2C300&ssl=1

Carta Aberta aos Governadores – por um transporte eficiente e de qualidade_A
Publicado em: 22 de dezembro de 2020

https://i0.wp.com/diariodotransporte.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Carta-Aberta-aos-Governadores-por-um-transporte-eficiente-e-de-qualidade_A.jpg?w=932&ssl=1

Fonte: *Diário do Transporte*
Data : 22/12/2020

ANTP PEDE A SENADORES E DEPUTADOS URGÊNCIA NA DERRUBADA DO VETO DE BOLSONARO AO AUXÍLIO DE R\$ 4 BILHÕES PARA O TRANSPORTE PÚBLICO



<https://i0.wp.com/diariodotransporte.com.br/wp-content/uploads/2020/12/metro-trianon-mais-onibus.jpg?w=1024&ssl=1>

Foto: Diário do Transporte - “Não é necessário dizer aos Senadores e Deputados Federais que quem perde com a precarização do transporte público no Brasil é a sociedade na figura das pessoas mais vulneráveis e a economia das cidades”, afirma a Associação

ALEXANDRE PELEGI

A Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP, entidade com 43 anos de existência cuja bandeira principal é a defesa do transporte público coletivo, encaminhou nesta sexta-feira aos deputados federais e senadores uma carta pedindo empenho na derrubada do veto presidencial ao auxílio emergencial de R\$ 4 bilhões que havia sido aprovado no Congresso Nacional.

A entidade repercute assim a ampla insatisfação de vários setores, como Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU, Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus – FABUS, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA e Fórum de Secretários e Dirigentes de Mobilidade Urbana.

No texto a Associação diz acreditar os Senadores e Deputados Federais não irão repetir o mesmo gesto da Presidência da República, “que virou as costas para a profunda crise que atingiu o transporte público – metro-ferroviário e por ônibus – em todo o país na pandemia COVID-19, nem para os cidadãos que dele dependem, omitindo-se sobre tema que já decidiram recentemente”.

Como mostrou o Diário do Transporte, após aprovação na Câmara, o Senado Federal aprovou no dia 18 de novembro de 2020 o Projeto de Lei do deputado Fabio Schiochet (PSL-SC) que destina R\$ 4 bilhões aos transportes coletivos urbanos e metropolitanos de ônibus, trens e metrô.

No dia 10 de dezembro, no entanto, no limite do prazo, o presidente Jair Messias Bolsonaro vetou o PL, alegando, dentre outras coisas, que sua aprovação poderia infringir o Regime Extraordinário fiscal, financeiro e de contratações (REFFC), além de não ter previsão orçamentária. Relembre:

<https://diariodotransporte.com.br/2020/12/10/bolsonaro-veta-o-socorro-de-r-4-bilhoes-para-os-transportes-publicos-e-preocupa-setor/>

Na carta da ANTP, no entanto, a Associação ressalta que desde o início da pandemia COVID-19 vinha indicando, em conjunto com outros setores do transporte sobre trilhos e pneus, informações e dados sobre “o grave e preocupante desequilíbrio econômico e financeiro do setor, decorrente da vertiginosa queda de demanda”.

A Associação diz ainda que houve a necessidade da manutenção da oferta em níveis elevados para o atendimento das atividades essenciais e dos protocolos de saúde em face da pandemia COVID-19.

“Por causa disso, e da essencialidade do transporte público para a vida das cidades, entre abril e junho deste ano, a queda de demanda já alcançava o montante de R\$3,72 bilhões no transporte por ônibus e de R\$ 3,3 bilhões no transporte metro-ferroviário, rombos que só fizeram crescer a partir de então, tornando visíveis os riscos daí decorrentes”.

A Carta encerra afirmando esperar que os parlamentares, ao contrário do Presidente da República, “serão sensíveis a este problema sério”.

Leia o documento na íntegra:

https://i2.wp.com/diariodotransporte.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Carta-ANTP-Senadores-e-Deputados-pela-derrubada-do-veto-ao-PL-3364-20_DT.jpg?w=950&ssl=1

Fonte: *Diário do Transporte*

Data : 22/12/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PETRO RIO CONVERTE FINANCIAMENTO PARA LONGO PRAZO E ANUNCIA AQUISIÇÃO DE SONDA

Da Redação *ECONOMIA* 22 Dezembro 2020



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/190130-petrorio.jpg>

A Petro Rio informou que assinou acordo com a Prisma Capital para converter um financiamento-ponte de 100 milhões de dólares em um financiamento de longo prazo, enquanto informou ainda que fechou a aquisição de uma sonda.

Em comunicado na noite de segunda-feira, a companhia afirmou que o contrato de longo prazo com a Prisma mantém o valor do principal e fixa as amortizações em quatro parcelas

iguais de 25 milhões de dólares-- em julho de 2021, janeiro de 2022, julho de 2022 e janeiro de 2023.

O empréstimo teve como objetivo prover parte dos recursos para a aquisição do FPSO OSX-3 e do campo de Tubarão Martelo. A possibilidade de extensão de prazo já era prevista, sem alteração da taxa de juros, mediante adequação de garantias, acrescentou a empresa.

A Petro Rio disse ainda que firmou acordo com a Ventura para aquisição, pelo valor de 1 dólar norte-americano, da sonda Atlantic Zephyr, semissubmersível do tipo ancorada, adequada para intervenções e completações em poços de lâmina d'água de até 300 metros.

A sonda deve adicionar custos anuais de operação e manutenção da ordem de 3 milhões de dólares, enquanto eliminará a necessidade de contratação de sondas de terceiros para intervenções no campo e reduzirá custos em relação a sondas alugadas, segundo a companhia.

“Esta aquisição tem por objetivo reduzir o custo operacional e aumentar a eficiência do campo de Tubarão Martelo através da redução significativa do tempo de resposta a eventuais paradas de poço”, afirmou.

De acordo com a empresa, a estratégia visa replicar modelo aplicado no campo de Polvo, onde uma sonda de perfuração instalada na plataforma alcançou recorde de eficiência e “payback” dos investimentos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/12/2020

CHINA VAI IMPORTAR RECORDE DE 100 MILHÕES DE TONELADAS DE SOJA EM 2020, DIZ ESTATAL

Da Redação ECONOMIA 22 Dezembro 2020

A China deve importar mais de 100 milhões de toneladas de soja em 2020, um recorde, disse um executivo da estatal de trading de grãos Cofco nesta terça-feira (22), com a busca do país pela recomposição de seu rebanho suíno aumentando a demanda pela proteína.

O país deve processar 92,6 milhões de toneladas de soja neste ano, disse o vice-diretor geral do departamento de hedge e trading da unidade de óleos e oleaginosas da Cofco, Zhou Jishuai, durante uma conferência em Guangzhou.

Depois de ter sido dizimado pela peste suína africana, o rebanho de suínos da China se recuperou para mais de 90% dos níveis normais até o final de novembro, segundo o ministério da agricultura chinês, embora alguns analistas estejam céticos quanto à extensão dessa recuperação.

Zhou afirmou que a demanda por farelo de soja seguirá forte neste trimestre e no primeiro trimestre do próximo ano.

A demanda por óleo de soja também deve avançar mais de 6% neste ano, graças ao maior uso do óleo em biodiesel e para alimentação de animais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/12/2020

GNA OBTÉM LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA TERMELÉTRICA A GÁS NO PORTO DO AÇU

Da Redação ECONOMIA 22 Dezembro 2020



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200816-gna-porto-de-acu-1.jpg>

A Gás Natural Açú (GNA) — parceria entre a Prumo Logística, BP e Siemens — obteve licença de operação do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), do Rio de Janeiro, para a sua primeira termelétrica a gás, a GNA I (1,338 gigawatts), no Porto do Açú, em São João da Barra (RJ). A usina está prevista para operar comercialmente no primeiro semestre de 2021.



A GNA I é parte do parque termelétrico em construção pela companhia no Porto do Açu. O projeto, de cerca de R\$ 10 bilhões, inclui ainda a instalação de uma segunda usina (GNA II, de 1,6 GW) e de um terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) de 21 milhões de metros cúbicos/dia.

A previsão é que as obras da GNA II comecem em 2021 e empreguem mais de 5 mil pessoas. A GNA possui, ainda, licença ambiental para mais que dobrar a capacidade instalada do parque termelétrico, para 6,4 gigawatts.

A licença de operação da GNA I prevê que 100% da operação da usina seja feita a partir da dessalinização de água do mar. Além disso, estão em execução programas de monitoramento com o objetivo de acompanhar as condições ambientais, como emissões atmosféricas e a qualidade do ar e da fauna. Em relação à vegetação, já foi recuperada, como forma de compensação, uma área de 4,47 hectares de restinga.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/12/2020



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Mercos Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006